

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR
MESTRADO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

ERNESTO PABLO DA MATA MACHADO LARA JARDIM

**OS IMPACTOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA:
“O BURACO DO CACHORRO” MORRO DE SÃO PAULO – BAHIA**

Salvador
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR
MESTRADO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

ERNESTO PABLO DA MATA MACHADO LARA JARDIM

**OS IMPACTOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA:
“O BURACO DO CACHORRO” MORRO DE SÃO PAULO – BAHIA**

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, na Linha de Pesquisa ...

Orientadora: Dra. Maria Helena Flexor

Salvador
2007

ERNESTO PABLO DA MATA MACHADO LARA JARDIM

**OS IMPACTOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA:
“O BURACO DO CACHORRO” MORRO DE SÃO PAULO – BAHIA**

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Linha de Pesquisa: Territorialidade, Desenvolvimento Social e Meio Ambiente
Área do conhecimento: Geografia

Aprovado em 12/12/2007

Banca Examinadora:

Prof^a Dra. Maria Helena Flexor
Universidade Católica de Salvador

Prof. Dr. Nelson Baltrusis
Universidade Católica de Salvador

Prof^a Dra. Maria Herminia Olivera Hernandez
Universidade Federal da Bahia

Salvador, 12 de dezembro de 2008.

SUMÁRIO

Agradecimentos	04
Resumo	06
Abstract	07
Lista de siglas	08
Lista de ilustrações	09
Introdução	10
1. A atividade turística e seus impactos no Arquipélago de Tinharé.....	14
1.1 - Compreendendo a atividade turística	14
1.1.1) A atividade turística no Brasil	14
1.1.2) As recentes ações para o turismo no Brasil	19
1.1.3) O turismo no litoral do Nordeste brasileiro	21
1.1.4) O Prodetur Nordeste	22
1.2 - O turismo no Arquipélago de Tinharé e seus impactos sócio-ambientais	29
1.2.1) O território e as alterações sócio-espaciais	34
1.2.2) Descrição do Território	38
1.2.2.1) As Praias de Morro de São Paulo	44
1.3 – A população da ilha	47
1.3.1) A inserção dos novos habitantes	48
2. O estudo de caso do Loteamento Nossa Senhora da Luz	58
2.1 - Apresentação do loteamento e sua relação com os demais territórios de Morro de São Paulo	59
2.1.1) Localização, contextualização histórica e caracterização do loteamento	59
2.1.2) A relação da violência	70
2.1.3) A questão da saúde	72
2.2 - Nível de estrutura, densidade e demanda das habitações	75
2.2.1) Formação escolar	85
2.2.2) Trabalho e Renda	88

2.3 – Os impactos ambientais no loteamento	
Nossa Senhora da Luz	93
3. Conclusões	98
4. Referências bibliográficas	105
4.1) Fontes Eletrônicas	110
4.2) Entrevistas com moradores e turistas de Morro de São Paulo.....	113
5. Anexos	115

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Mapas

Mapa 1: Arquipélago de Tinharé	13
Mapa 2: O Prodetur Bahia	22
Mapa 3: Recorte sobre a extremidade norte do Arquipélago de Tinharé ...	59

Croquis

Croqui 1: Distribuição espacial do Loteamento Nossa Senhora da Luz	66
Croqui 2: Distribuição comercial no Loteamento Nossa Senhora da Luz ...	89
Croqui 3: Distribuição espacial das igrejas evangélicas, telefones públicos e oficina de reciclagem	89
Croqui 4: Distribuição espacial da vegetação remanescente, focos de lixo e esgoto e áreas residenciais no Loteamento Nossa Senhora da Luz	94

Tabelas

Tabela 1: Taxa geométrica de crescimento anual dos municípios	49
Tabela 2: Idade média de conclusão do ensino médio e fundamental na Costa do Dendê	87

Gráficos

Gráfico 1: Investimentos do Prodetur I na Bahia	25
---	----

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a possibilidade de poder ampliar meus conhecimentos sobre o mundo que me cerca, mesmo repleto de contradições e especificidades a serem compreendidas. Apesar de tantos obstáculos, continuo acreditando na possibilidade de transformação dessa sociedade.

A Professora. Dra. Maria Helena Ochi Flexor, que muito contribuiu para meu crescimento intelectual. Ao longo do desenvolvimento deste projeto, sempre estive pronta a ajudar-me na correção dos textos, com o empréstimo de livros, indicações de leitura, sábios conselhos.

À professora e grande amiga, Dra. Iracema Reimão Silva, que me recebeu num momento crítico, respeitando minha inexperiência com o mundo acadêmico, meus pensamentos contraditórios e minhas limitações. Seu valioso e incondicional apoio foi fundamental para chegar até aqui.

Aos meus pais que, com grande esforço, me deram condições de trilhar caminhos nunca antes imaginados. Aos meus irmãos e irmãs, que, apesar da distância, sempre estiveram muito próximos, ajudando-me a superar as dificuldades deste caminho. A amada Tia Mary pela fé de sempre.

Aos professores, colegas da turma de 2005, demais alunos e funcionários do Mestrado. Aos professores doutores Elsa Souza Kraychete, Humberto Miranda do Nascimento, Nelson Baltrusis e Peter José Schweizer pelo carinho e generosidade em dividir seus conhecimentos.

A Universidade Católica de Salvador, onde fiz meu lar durante esses dois anos, quase que diariamente, e, em extensão a todos os funcionários, pelo carinho e solicitude.

Aos meus amigos que, com muita paciência, souberam me entender nos momentos de dificuldade, quando estava com assuntos a resolver, livros a fichar, textos a escrever, material a ser digitado etc.

À FAPESB, que me deu subsídios para que a concretização desse projeto de pesquisa se tornasse uma realidade.

Enfim, agradeço a todos aqueles que direta e indiretamente colaboraram com este trabalho.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de análise do território turístico “Arquipélago de Tinharé” e em especial o processo de formação e ampliação do loteamento Nossa Senhora da Luz ou popularmente chamado de “Buraco do Cachorro”, situado no povoado de Morro de São Paulo. O objetivo do estudo foi analisar a evolução da atividade turística no arquipélago e os impactos que essa atividade trouxe para a sociedade local e para o meio ambiente. Na tessitura do caminho metodológico, foram utilizados conceitos geográficos, econômicos, sociais e turísticos. Tenta-se compreender como o turismo reconstrói territórios e altera suas características, trazendo, além dos benefícios, impactos de sócio-ambientais. Constatou-se que tais impactos são oriundos do próprio processo de formação social brasileiro, onde se destaca a ineficiência dos poderes públicos em regulamentar e fiscalizar o uso do meio ambiente e dos processos que envolvem os territórios turísticos e também da fraca atuação da sociedade civil, no que tange a luta pelo respeito aos direitos individuais e coletivos e também pela fragilidade em seus laços de coesão dentro do território. Essa constatação é legitimada pela dinâmica territorial, especificamente, do Arquipélago de Tinharé, onde o turismo promoveu a reorganização o território e modificou o estilo de vida do residente. O turismo é, portanto, um subproduto do mercado global, que transforma o lugar em mercadoria e tem por objetivo a valorização do capital e o uso do território.

Palavras-chave: 1. Território 2.Turismo 3. Impactos Sócio-ambientais
4.Planejamento

ABSTRACT

This dissertation aims at analyzing of analysis of the tourist territory “Archipelago of Tinharé” and special in the process of formation and magnifying of the land division “Nossa Senhora da Luz” or popularly called “Hole of the Dog”, situated in the town of Morro de São Paulo - Bahia. The objective of the study was to analyze the evolution of the tourist activity in the archipelago and the impacts that this activity brought for the local society and the environment. In the work of the metodológico way, concepts had been used geographic, economic, social and tourist. It is tried to understand as the tourism reconstructs territories and modifies its characteristics, bringing, beyond the benefits, impacts of partner-ambient. It was evidenced that such impacts are deriving of the proper process of Brazilian formation social, where if detaches the inefficiency of being able them public in prescribed and also fiscalizing the use of the environment and the processes that involve the tourist territories and of the weak performance of the civil society, in what it also refers to the fight for the respect to the individual and collective rights and for the fragility in its bows of cohesion inside of the territory. This evidence is legitimated for the territorial dynamics, specifically, of the Archipelago of Tinharé, where the tourism promoted the reorganization the territory and modified the style of life of the resident. The tourism is, therefore, a by-product of the global market, that transforms the place into merchandise and has for objective the valuation of the capital and the use of the territory.

Key-words: 1. Territory 2. Tourism 3. Social and ambient impacts 4. Planning

LISTA DE SIGLAS

ABAV - Associação Brasileira das Agências de Viagem
ABBTUR - Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo
ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
BB - Banco do Brasil
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A
CVB - Convention and Visitors Bureau
DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo
IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INFRAERO - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MTUR - Ministério do Turismo
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAT - Plano de Ação Turística
PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PEA - População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PLANTUR – Plano Nacional de Turismo
PNT – Política Nacional de Turismo
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PROATUR - Programa de Apoio ao Turismo Regional
PRODETUR-NE - Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRODETUR-BA - Programa de Desenvolvimento do Turismo na Bahia
SCT - Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia
SEPLAN - BA - Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
STEB – Secretaria de Turismo do Estado da Bahia
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUIVEST - Superintendência de Investimentos em Turismo

Introdução

O povoado de Morro de São Paulo, localizado na Costa do Dendê¹, é hoje o terceiro destino mais procurado do Estado, depois, apenas, da capital Salvador e Porto Seguro (SEI, 2007). A região, devido a sua paisagem e história, se mostra como um relevante pólo turístico no estado da Bahia. Seus ecossistemas de praias, mangues, estuários, restingas e recifes de corais, que soma-se a um importante patrimônio histórico-cultural, configurando-se assim em um conjunto de atrativos turísticos indiscutível. Para atender às demandas da atividade turística, ampliaram-se os locais de hospedagem na região, principalmente em Morro de São Paulo, A ilha de Boipeba e a Península de Maraú, onde muitos edifícios foram adaptados, a exemplo de casarões e conventos, enquanto outros foram e estão sendo construídos já com esse objetivo específico. Comparando-se as pesquisas realizadas pela Secretaria de Cultura e Turismo do Estado (2003, p.37), observa-se que os lugares de hospedagem passaram de 84, em 1992, para 161, em 2003, oferecendo 5.000 leitos na alta estação, gerando assim um aumento em 92% na oferta de leitos.

O crescimento da atividade turística na região se deu muito em função da implementação do Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado da Bahia – Prodetur, iniciado na década de 1990, que possibilitou melhorias no acesso à região, como a pavimentação e sinalização da BA 001, ligando Nazaré das Farinhas à Valença e, ainda, a melhoria do trecho de estrada que liga a cidade de Valença a Camamu. Outros investimentos foram direcionados para a Costa do Dendê, que veremos mais a diante, na área de saneamento básico, energia elétrica e comunicação, todos visando à ampliação da atividade turística (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2006).

O turismo ecológico surge como uma das grandes possibilidades para a promoção do desenvolvimento na região, que reúne um conjunto de ecossistemas terrestres e marinhos de valor científico e ambiental inestimável, cuja necessidade de preservação levou o governo do estado a implantar cinco áreas de proteção ambiental: Guaibim e Candango, em Valença; Ilhas de Tinharé e Boipeba, em Cairu; e Cachoeira da Pancada Grande, em Ituberá (SEPLANTEC, 2007).

¹ “Costa do Dendê” é o nome designado, a partir da década de 1990, ao território turístico que abrange os municípios litorâneos entre Maraú e Nazaré das Farinhas. Essa região também é denominada de “Baixo Sul Baiano” (SCT, 2007).

A consolidação da atividade turística na região demandou investimentos em obras de infra-estrutura, como o Aeroporto de Valença e a rodovia Itacaré–Camamu, complementando a BA–001, de modo a integrar a Costa do Dendê à Costa do Cacau (SEPLANTEC, 2007).

Outro fator de acréscimo econômico local são os contratos, recentemente, assinados pela Petrobras com grupos privados, para a exploração e produção de petróleo na Baía de Camamu, com investimento de US\$ 30,4 milhões, segundo dados governamentais. Do Governo Federal, partiram as ações do programa “luz para todos” e também auxílios sociais como o “bolsa família”. Além da atividade turística, os governos federal e estadual têm adotado ações no sentido de incentivar a diversificação econômica, através da ampliação e consolidação das culturas agrícolas, como o cravo-da-índia, pimenta-do-reino, guaraná, seringueira e piaçava, na região entre Valença e Camamu, além do incentivo da atividade pesqueira na região de Cairu e o incremento da indústria naval em Camamu. (SEPLANTEC, 2007).

Porém, apesar das iniciativas de diversificação da economia, o turismo continua a ser a atividade mais relevante e geradora de investimentos, emprego e renda. O desenvolvimento e consolidação da atividade tem gerado efeitos positivos, como melhorias em infra-estrutura, geração de emprego e renda, além de uma preocupação ambiental. Mas se mostra também impactante aos territórios, na medida em que descaracteriza a cultura local, promove segregações sócio-espaciais e contribui para a formação de territórios irregulares, na medida em que eleva a migração sem, no entanto, promover ações de planejamento, fiscalização e educação.

Este trabalho visa compreender o bairro Nossa Senhora da Luz, ou “Buraco do Cachorro”, um loteamento irregular, fruto da expansão da atividade turística no povoado de Morro de São Paulo, que sofre com o crescimento irregular do território, sem aporte de infra-estrutura e preservação do meio ambiente.

Esta dissertação está dividida em duas partes. A primeira irá pensar o turismo no Brasil, seus aspectos históricos, sociais e econômicos. A segunda parte apresenta o estudo de caso do loteamento irregular “Buraco do Cachorro”

como representação física e social dos impactos negativos influenciados pelo desenvolvimento turístico.

O município sede do arquipélago de Tinharé, a atual cidade de Cairu, pode ser compreendido geograficamente numa sub-divisão entre cidade alta e cidade baixa. Na cidade alta existem alguns prédios com importância histórica, como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, de 1610, situada numa elevação, defronte ao Convento da cidade. Erguidos onde existia uma pequena ermida de invocação a Santo Antônio, estão a Igreja e o Convento de Santo Antônio, da ordem terceira, cuja fachada, precedida de cruzeiro de pedra, está voltada para o braço de mar que separa as ilhas de Tinharé e Boipeba. Do lado esquerdo da Igreja de Santo Antônio ficam as ruínas da capela-mor da Ordem Terceira, que nunca chegou a ser concluída. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/STEB, 2007, p.9).

Mapa 1: Arquipélago de Tinharé



Fonte: Site www.rotatropical.tur.br – Novembro de 2007

1. A atividade turística e seus impactos no Arquipélago de Tinharé

1.1 - Compreendendo a atividade turística

1.1.1) A atividade turística no Brasil

No Brasil, pode-se considerar como marco inicial da atividade turística, as construções dos primeiros hotéis no Rio de Janeiro para os festejos do Centenário da Independência do País. Também nesse período foi criada a Sociedade Brasileira de Turismo, posteriormente denominada de *Touring Club do Brasil*². Essas ações colaboraram para o desenvolvimento da atividade e a implantação de infra-estrutura turística também para os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, nas décadas posteriores. (Touring Club do Brasil, 2007)

Em 1958, se deu a primeira experiência de gestão técnica do turismo no território nacional, com a implantação da Comissão Brasileira de Turismo – Combratur, criada pelo Decreto-Lei nº 44.863, pelo presidente Juscelino Kubstichek e que tinha como algumas de suas atribuições, a coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo, o estudo e a supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas, a simplificação e padronização das exigências e dos métodos de informação, a promoção e estímulo, por todos os meios em seu alcance, a criação de serviços e instalações que ampliem e completem as zonas turísticas e a realização, com colaboração dos estados e municípios, do inventário das áreas de interesse turístico existentes no país. (CRUZ, 2000, p.46)

Em 1962 a Combratur foi extinta, por não ter conseguido concretizar uma política nacional para o turismo. Alguns anos depois, em 1966, durante o governo de João Goulart, foram criados o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, através do Decreto nº 55, de 18 de novembro. No ano seguinte, foi promulgado o Decreto-Lei nº 60.224, de 16 de fevereiro, criando o

² A fundação do Touring Club do Brasil, em 1923, com a denominação de Sociedade Brasileira de Turismo teve como principal intuito a divulgação dos recursos turísticos brasileiros junto a sua população e aos potenciais turistas do exterior.

Sistema Nacional de Turismo, que teve como base de sustentação o Conselho Nacional de Turismo, a Embratur e o Ministério das Relações Exteriores. O primeiro, CNTur, por meio de sua Resolução nº 71, de 10 de abril de 1969, sinalizou a necessidade da elaboração de um Plano Nacional de Turismo para se desenvolver, dentre outros, o turismo receptivo, como fator preponderante para a geração e captação de divisas, o incremento de turismo interno com vistas ao acréscimo de rendas, o estímulo aos investimentos privados de interesse turístico e a concessão de incentivos fiscais e outras facilidades que propiciassem a canalização de empreendimentos turísticos que apresentassem potenciais favoráveis (DIAS, 2003, p.131).

Segundo Cruz (2000, p.60), à Embratur, caberia elaborar e propor ao CNTur os atos normativos, necessários à promoção e ao funcionamento da política nacional de turismo. O Ministério das Relações Exteriores ficaria responsável por divulgar o turismo do País no exterior, por intermédio de sua diplomacia. A execução da atividade turística passa para a esfera governamental dos estados e municípios, e incorporou a iniciativa privada. Esse é o marco dessa política do turismo e o papel do governo federal é definido como coordenador e indutor das atividades..

Em 1971 o Governo Federal criou, através do Decreto-Lei nº 1.191, o Fundo Geral de Turismo, que tinha como objetivo garantir o desenvolvimento turístico do País, financiando empreendimentos, obras e serviços do setor. Segundo o seu artigo 12, o Conselho Nacional de Turismo tinha poderes para aprovar projetos que ampliassem a aplicação de recursos originados de incentivos fiscais, até o limite de 75% do custo total do empreendimento, caso essa região fosse considerada pela Embratur, órgão oficial que administrava o fundo, como área de alto interesse turístico.

Ainda, durante o governo militar, foram criadas, pelo Governo Federal, as zonas prioritárias para o desenvolvimento turístico, através do Decreto nº. 71.791 de 1973, o Fundo de Investimentos do Nordeste, o Fundo de Investimentos da Amazônia. Fora criado ainda neste período, o Fundo de Investimentos Setoriais, através do Decreto-lei nº 1.376, de 1974.

De acordo com a Lei nº 6.513/77, outorgada durante o governo militar de Ernesto Geisel, dispôs sobre as áreas de interesse turístico, aquelas de bem de

valor cultural e natural, protegidas por legislações específicas, destacando, dentre outros, a proteção dos bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico, das reservas e estações ecológicas, as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorrem, as paisagens notáveis e outros que venham a ser definidos. (DIAS, 2003, p.132).

Para atrair o capital estrangeiro foram criados estímulos fiscais para os investimentos no setor³. Diante dos poucos resultados, obtidos pela CNTur, este foi extinto, em 28 de março de 1991, pela Lei nº. 8181, e suas atribuições passadas para a Embratur, que se transforma em Instituto Brasileiro de Turismo, recebendo o *status* de autarquia, ficando vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional, da Presidência da República, com a finalidade de, segundo seu artigo 2º, “formular, coordenar e executar a Política Nacional de Turismo”. A diretriz da política se apoiava, então, na prática do turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do País.

Entre os anos de 1990 e 1992, na gestão do Presidente Fernando Collor de Melo, o País sofre reformas de caráter macroeconômico, na busca de uma dinamização da economia e modernização dos produtos e serviços nacionais, que irão acompanhar as tendências das conjunturas internacionais, influenciadas pelo neo-liberalismo, com o intuito de tornar o país mais atraente para investimentos estrangeiros, proporcionando uma maior dinâmica no mercado turístico, mediante a diminuição de exigências para entrada de visitantes estrangeiros, além de proporcionar a criação de vôos internacionais para os países vizinhos. (SANTOS FILHO, 2003, p.6).

A partir do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o turismo começa a ser pensado como um setor estratégico e capaz de gerar emprego e renda. A Política Nacional de Turismo, para o período de 1996-1999, se baseou nos pressupostos da estabilidade econômica, no financiamento do desenvolvimento e na reforma do Estado.

Beni (2001, p.120) defende que “após muitos anos de infrutíferas tentativas de elaboração de uma Política Nacional de Turismo, ela é afinal formulada, em 1996, sob responsabilidade da Embratur”. Neste período acontece também a

³ Decreto-Lei nº 1.485, de 25 de outubro de 1975 do Governo Federal.

associação deste conceito a um outro, o do desenvolvimento sustentável. Juntos, eles passam a permear as discussões relativas ao planejamento do turismo e ao desenvolvimento de políticas públicas de turismo voltadas, também, para a diminuição das desigualdades regionais.

A Política Nacional de Turismo sustentava-se em macro-estratégias, que buscavam a ampliação e reforma da infra-estrutura básica⁴ e turística, como a capacitação de recursos humanos, a modernização da legislação, a descentralização da gestão do turismo, que deixaria de ser elaborada pelo governo federal e passaria a ser tratada a nível regional e local, além da promoção do turismo no Brasil e no exterior, que também seriam desenvolvidas de maneira segmentada e mais eficaz.

Destaca-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) que, em parceria com o Banco do Brasil, Sebrae e Organização Mundial do Turismo (OMT), tinha como objetivo trabalhar a conscientização sobre a importância econômica e social do setor turístico, com impacto positivo no desenvolvimento local.

Dos 1.635 municípios brasileiros, com vocação turística, em 1998, 1.250 aderem efetivamente no programa, que capacitou mais de 2.700 agentes multiplicadores municipais, mobilizando um total de mais de 150 mil pessoas para o desenvolvimento da atividade no País. Se destacaram, nesse mesmo ano, as ações voltadas à limpeza urbana dos atrativos turísticos, com a implantação de legislações específicas e projetos em mais de 500 localidades (IGNARRA, 1999, p.137).

Atualmente, o Plano Nacional de Turismo busca enfrentar as dificuldades e carências do setor. Entre os principais entraves para seu desenvolvimento pleno, encontram-se as dificuldades no setor de transportes, na capacitação e certificação de recursos humanos, nos financiamentos próprios e de infra-estrutura aos destinos turísticos, como segurança, sinalização e até saúde pública (GARBIN, 2006, p.2). Todos esses entraves são passíveis de soluções, desde que haja planejamento e mobilização.

⁴ Estradas, viadutos, saneamento básico, construção de ruas, serviços públicos como educação, saúde e segurança, dentre outros.

Apesar de existir, desde a década de 1960, o estabelecimento do conceito de Política Nacional de Turismo, como o conjunto de diretrizes e normas integradas no planejamento de todos os aspectos, ligados ao desenvolvimento turístico, e seu equacionamento como fonte de renda nacional, só passa a ser realidade no País na década de 1990, quando a atividade passa a ser considerada como uma atividade industrial implantada em diversos países.

Dando continuidade aos investimentos no setor turístico no País, foi criado, no primeiro dia de mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério de Turismo⁵, com o objetivo de dinamizar e expandir ainda mais a atividade turística no País. Foi lançado, em 29 de abril de 2003, o Plano Nacional do Turismo – PLANTUR - Diretrizes, Metas e Programas, para gestão do período de 2003 a 2007. O PLANTUR se coloca como o principal instrumento da Política Nacional de Turismo, formado por sete programas: Programa Pólos Turísticos; Programa Turismo Interno; Programa Mercosul; Programa Ecoturismo; Programa *Marketing* Internacional; Programa de Qualidade e Produtividade do Setor Turístico; Programa de Formação dos Recursos Humanos para o Turismo, sendo este último, umas das ações mais carentes nos territórios turísticos da Costa do Dendê, principalmente em Morro de São Paulo, aos habitantes do Loteamento Nossa Senhora da Luz.

O Brasil é hoje um dos principais centros receptivos da América do Sul, detendo uma parcela de aproximadamente 35% do mercado latino americano (EMBRATUR, 2005, p.52), sendo que os principais países emissores de turistas são a Argentina, EUA, Alemanha, Uruguai e Portugal. O meio de transporte aéreo é o mais utilizado para entrada no País. Existe um déficit dos transportes terrestre e fluvial, que têm um relevante potencial de crescimento em função do número de países vizinhos e da grande extensão da costa brasileira. Uma vez que a proximidade entre a origem e o destino turístico potencializa a demanda, à medida que a distância aumenta há uma redução do potencial de fluxo, por causa da elevação dos custos com transporte. O turismo brasileiro novamente se

⁵ Por meio da Medida Provisória nº 103, que dispõe sobre a organização da Presidência e atribui ao ministério: a) desenvolver a política nacional de turismo; b) promover e divulgar o turismo nacional, no país e no exterior; c) estimular as iniciativas públicas e privadas às atividades turísticas; d) planejar, coordenar, supervisionar e avaliar os planos e programas de incentivo ao turismo. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004.

recupera e começa a crescer depois dos principais acontecimentos internacionais, que provocaram uma queda no mercado global⁶. Em 2001, o País recebeu 4,7 milhões de turistas, meio milhão a menos que em 2000. A queda, que atingiu o mundo inteiro, explica-se por duas razões: os atentados de 11 de setembro, nos Estados Unidos, e a crise econômica mundial, que fizeram o fluxo turístico retroceder pela primeira vez desde 1982. No Brasil, esse baixo desempenho é também influenciado pelos problemas na economia Argentina que, antes da crise, enviava 1,5 milhão de turistas por ano. (PETROCCHI, 2001, p.105).

A malha viária terrestre não atende a todo o País, além do que, o estado de conservação das estradas estão precários, com falta de sinalização, fiscalização e manutenção. Existe ainda a carência de estradas para ligar o interior do Brasil, pois a maioria se encontra no litoral, onde está concentrada grande parte da população, o que provoca o afastamento dos turistas de países vizinhos que poderiam ser aproveitados no turismo terrestre, já que o Brasil possui fronteira com 10 países.

Ainda que, em franca ascensão, a entrada de turistas estrangeiros, por meio do transporte marítimo, também pode ser ampliada, uma vez que se tem uma extensão de quase 8 mil km de litoral. Mas, para isso é necessário um planejamento que possibilite oferecer infra-estrutura para que os navios de turismo possam atracar, oferecendo um padrão internacional a seus clientes. O Brasil possui poucos atracadouros com essa infra-estrutura, fato este que impossibilita uma expansão do turismo de cruzeiros marítimos por toda a costa litorânea. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, a).

1.1.2) As recentes ações para o turismo no Brasil

Uma das ações, que tem norteado o aumento da captação de novos turistas estrangeiros para o País, é baseada no *marketing* institucional, que busca melhorar a imagem do Brasil no exterior e socializar os atrativos turísticos. Em 2006, o Ministério do Turismo investiu R\$ 130 milhões de reais para a divulgação do destino Brasil, roteiro que divulga os principais atrativos turísticos brasileiros,

⁶ A queda das torres do World Trade Center, em 2001 e a crise econômica do mesmo ano, geraram fortes impactos na economia e no turismo mundial, com a diminuição do número de pacotes, passagens aéreas e o aumento da burocracia e das normas de segurança.

como o Rio de Janeiro, o Nordeste, o Pantanal, dentre outros. Para o ano de 2007, estão previstos R\$ 1,8 bilhão de reais em investimentos no setor, que fará parte do Programa de Aceleração do Crescimento, com investimentos do setor público e da iniciativa privada. Para fins comparativos, no ano de 2005 os investimentos não passaram de R\$ 314 milhões de reais. O governo federal conseguiu remover alguns entraves burocráticos ao ingresso de turistas, como a realização e a aprovação, pela Comissão de Relações Exteriores, do Congresso Nacional, de acordos bilaterais com a França e Estados Unidos, para a flexibilização da concessão de vistos aos turistas. No caso da França se aboliu a exigência e os Estados Unidos da América aumentaram o prazo de validade do visto de permanência, de 90 dias para 10 anos. Também foram realizados acordos multilaterais, que permitem a abertura de novas rotas aéreas na região do Mercosul. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, b).

Outro investimento realizado, este no ano de 2003, com verbas do governo federal, foi no segmento de sinalização turística, em estados e municípios brasileiros, no qual se inclui o estado da Bahia, com sinalizações em sua capital e estradas litorâneas, totalizando 104 projetos no valor de R\$ 7,5 milhões de reais, elaborado, conjuntamente, pelos técnicos da Embratur, do Instituto de Patrimônio Histórico Nacional e do Departamento Nacional de Trânsito. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, b).

O que se percebe de real, em todas as ações do Governo Federal, descritas acima, é que muito pouco se avançou em relação ao desenvolvimento do turismo, como vetor de crescimento econômico e melhoria da qualidade de vidas nas regiões compreendidas como potenciais para a atividade turística. De todas as ações anunciadas, poucas foram verdadeiramente implantadas, havendo ainda muitas frentes de ações para se realizar. O estado da Bahia, conforme nos revela o quadro de investimentos do Prodetur, recebeu um montante significativo de capital para investimentos visando o desenvolvimento e consolidação da atividade turística. Porém, existem críticas a cerca dos projetos selecionados para o investimento deste capital, principalmente na Costa do Dendê, como por exemplo, o aeroporto de Valença, que não recebe vôos comerciais, tornando-se um equipamento de alto custo de manutenção, sem atingir os fins ao qual foi

planejado, ou seja, o de aumentar o fluxo de turistas nesta costa e desafogar o volume de atividades do aeroporto internacional de Salvador.

Do montante de capital anunciado em investimentos, de acordo com as informações de prestação de contas do Ministério do Turismo, menos de 50% foram realmente aplicados. Existem carências de investimentos em todas as áreas que envolvem a atividade turística no Brasil, a regulamentação e qualificação da mão-de-obra para o setor.

Dentro do Arquipélago de Tinharé a realidade da ausência de investimento do estado se faz presente. Das ações que foram anunciadas como investimentos através do Prodetur, poucas foram efetivamente desenvolvidas. De acordo com a secretária de turismo da ilha, para a segunda fase do programa existe a previsão para implantação de projetos visando o desenvolvimento social, como a construção de uma creche, a ampliação da estrutura e atendimento policial e ainda obras de esgotamento sanitário. Porém, como na primeira fase do Prodetur, não se tem certeza que esses recursos serão verdadeiramente aplicados na região. Podemos então constatar que as ações implantadas na primeira fase do programa beneficiaram apenas os empresários da atividade turística, através da melhoria das vias de acesso à ilha, via reforma e sinalização do trecho de estrada de rodagem. Para os moradores do Loteamento Nossa Senhora da Luz, o Prodetur não acrescentou nada em benefícios diretos. Não houve programas de capacitação e qualificação de mão-de-obra local, nenhum subsídio a pequenos empreendedores foi oferecido e as obras de saneamento básico e implantação de infra-estrutura no loteamento, anunciadas pelos políticos locais, nunca foram realizadas. Diante do exposto, pode-se refutar, pelo menos neste território, que o desenvolvimento da atividade turística pelo Prodetur, proporcionou a melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

1.1.3) O turismo no litoral do Nordeste brasileiro

A região litorânea nordestina configura-se como um dos principais pólos de turismo do País, onde capitais como Salvador, Fortaleza e Recife estão entre as dez cidades brasileiras mais visitadas por turistas estrangeiros (ABAV, 2006, p. 6). Quanto à demanda interna, as cidades nordestinas também estão entre os principais destinos.

O turismo no Nordeste brasileiro teve notória expansão, auxiliado em grande parte pela ampliação e modernização dos meios de transportes. Segundo Cruz (1997, p. 49), o turismo é:

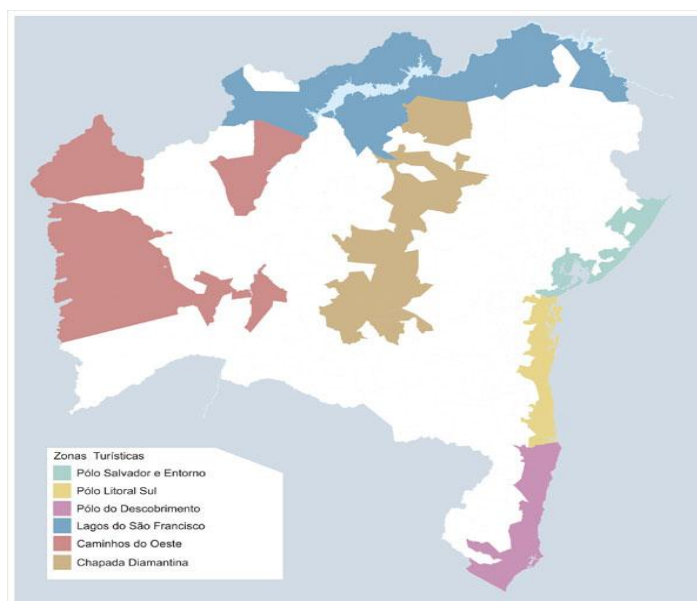
“[...] reconhecido como uma atividade capaz de contribuir para a atenuação dos desníveis regionais que caracterizavam a nação. Isto está demonstrado pelo sistema de incentivos financeiros e fiscais criados em razão desta atividade, que privilegiaram, sistematicamente, as regiões Norte e Nordeste”.

O Nordeste brasileiro compreende nove estados e possui um litoral que se estende por cerca de 3.300 Km. Em 1980, o número de turistas no Nordeste não chegou a 5 milhões de pessoas. Em 2006 a região foi visitada por 15,5 milhões de turistas (ABAV, 2007).

A zona costeira nordestina é caracterizada por contrastes, que vão desde as condições climáticas até contradições socioeconômicas e culturais. Olha-se, isto, por outro lado, sob a ótica da necessidade de conservar e preservar o patrimônio natural, particularmente as regiões litorâneas, por sua vulnerabilidade e fragilidade (RODRIGUES, 1999, p. 56).

1.1.4) O Prodetur Nordeste

Mapa 2: O Prodetur II e as áreas de atuação na Bahia



Fonte: <http://www.sct.ba.gov.br/prodetur.asp>

Com a finalidade de desenvolver o turismo, o Governo Federal, através do BNDES e em parceria com os Estados da região Norte e Nordeste e o Banco Inter-americano de Desenvolvimento, elaboram o Programa de Desenvolvimento do Turismo, este dividido em duas fases, a primeira realizada de 1999 a 2003 e a segunda fase iniciando-se em 2004 e ainda em execução. Trata-se de um conjunto de projetos identificados, selecionados e ordenados, que buscam desenvolver a atividade turística no litoral nordestino, alocando recursos para serem utilizados.

Com o crescimento da atividade turística no Brasil, os estados nordestinos identificaram, numa reunião dos Governadores desta região, em 1991, que o turismo seria uma alternativa promissora para auxiliar a combater e solucionar os problemas existentes, dando-se então destaque aos planos de desenvolvimento local. A idéia de investir no setor ganhou força no Brasil, com o apoio do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que apoiavam a inserção do Brasil no processo de globalização da economia por meio de mega-empresendimentos em infra-estrutura, recuperação de estradas, praças, orlas, linhas de créditos e financiamento para empreendimentos turísticos, divulgação e *Marketing* turísticos, dentre outros necessários para a ampliação e consolidação da atividade. O Governo Federal e o Ministério do Turismo apoiariam essas ações, através da inserção de uma parte do capital e ainda na análise e distribuição territorial desses projetos.

A partir do ano de 1995, o Prodetur-BA passa a contar com recursos advindos do Prodetur-NE. Desde a sua constituição, em 1992, o Prodetur-BA havia sido exclusivamente financiado por iniciativas de captação e inversão de recursos do governo do estado da Bahia (SEBRAE, 2004, p.35).

Devido a relevância dos recursos vindos do Prodetur-NE, a Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia criou, num primeiro instante, a Superintendência de Desenvolvimento do Turismo e, mais tarde, a Superintendência de Investimento em Pólos Turísticos para gerir os projetos voltados para o desenvolvimento turístico no Estado e aqueles diretamente ligados ao Prodetur-NE.

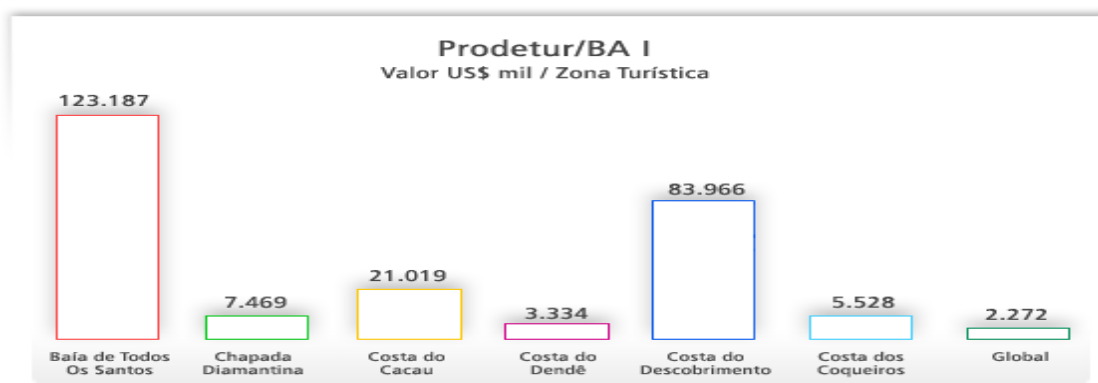
Os critérios para seleção dos projetos de investimento financiáveis seguem as normas firmadas pelo Regulamento Operacional do programa estabelecido por convênio entre os governos beneficiários, o BNB e o BID. Estas fontes são responsáveis por 60% dos investimentos do programa, advindo os 40% remanescentes de contrapartidas do governo dos estados e do BNDES. Para obtenção dos recursos que financiam o Prodetur-BA, instala-se um processo de crédito. Ao governo do estado cabe a fixação da política de desenvolvimento do turismo. No entanto, dado o volume de recursos demandados, a efetiva implantação dos projetos depende de uma aprovação exógena. Sabedor disto, o Governo criou a SUINVEST, cujo objetivo fundamental estava no acompanhamento do processo de aprovação dos projetos de investimento considerados cruciais pela SCT. Esta política, entretanto, apesar de exógena, apresenta conexão com a realidade local ao exigir que os projetos propostos sejam parte de uma política estruturada de longo prazo. Esta demanda evidencia-se pela expressa determinação de que os projetos constem do Plano Diretor Municipal, instrumento de planejamento municipal previsto pela Constituição Federal e tornado obrigatório pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal no. 10 257, de 10 de julho de 2001) para todos os municípios com mais de 20.000 habitantes e ainda do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, instrumento de planejamento regional elaborado em conjunto pelas municipalidades e pelo Governo Estadual. Deve-se destacar que as políticas implantadas/ financiadas por recursos do BID, passam por uma análise que busca quantificar os benefícios e custos advindos de sua implantação, sendo aprovadas apenas aquelas cujos benefícios excederem os custos (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/SCT, 2004).

Ao elaborar o seu planejamento turístico, para inserção dentro do Prodetur, a Bahia definiu quatro pólos turísticos prioritários a serem contemplados com este Programa. São eles:

- a) Pólo Salvador - Capital, entorno e Costa dos Coqueiros;
- b) Pólo Litoral Sul - Costa do Cacau e Costa do Dendê;
- c) Pólo do Descobrimento - Costa das Baleias do Descobrimento;
- d) Pólo da Chapada Diamantina.

(Fonte: www.bnb.gov.br/prodetur, 2006)

Gráfico 1: Investimentos do Prodetur I na Bahia:



Fonte: <http://www.sct.ba.gov.br/prodetur2.asp>

Existem ainda negociações junto ao BID, o BIRD e o Ministério do Turismo, para se implantar outras regiões turísticas no Estado da Bahia, como a do Vale do São Francisco e dos Caminhos do Oeste (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/STEB, 2007, p.14).

A divisão do território baiano em áreas de investimento teve por objetivo, segundo o governo do Estado, propiciar uma maior eficiência na gestão dos recursos, reconhecendo as diferentes necessidades das diversas regiões. O mapa abaixo nos mostra a distribuição dos territórios turísticos na Bahia.

O Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste, em sua segunda fase, foi concebido com o intuito de dar continuidade ao processo de desenvolvimento do setor de turismo na região Nordeste do Brasil, iniciado com o Prodetur/NE-I. Neste sentido, uma das premissas básicas do Prodetur/NE-II está no desenvolvimento e consolidação da atividade turística nas áreas que foram objeto de intervenção na primeira fase do programa, através de ações que visem a completar e complementar os investimentos já realizados. A segunda fase do programa será executada pelo Banco do Nordeste do Brasil em parceria com o Governo Federal através do Ministério do Turismo, Governos estaduais e municipais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento e mobilizará, inicialmente, recursos da ordem de US\$ 400 milhões, sendo 60% financiados pelo BID e o restante através de contrapartida local, conforme o contrato de financiamento 1392/OC-BR, firmado em setembro de 2002 (FREIRE, 2004, p.51).

O Prodetur II busca incorporar a participação das comunidades locais e das organizações não governamentais (ONG), no planejamento de investimentos em infra-estrutura turística e demais ações. De acordo a Secretaria da Cultura e Turismo, constituem os objetivos do Prodetur II - BA⁷:

- a) Desenvolver centros turísticos integrados, capazes de competir em nível internacional;
- b) promover o desenvolvimento sustentado, através da adequação da legislação do uso do solo e ambiental, visando manter a qualidade dos recursos naturais;
- c) buscar a participação do setor privado, para implantação dos projetos turísticos (hotéis, parques temáticos, marinas, restaurantes etc.);
- d) enfatizar o aproveitamento turístico dos atrativos naturais em condições de se garantir a proteção do meio ambiente;
- e) analisar as experiências de outros projetos similares, podendo aproveitar as iniciativas bem sucedidas e coincidentes com as premissas estabelecidas no modelo baiano.

A Costa do Dendê, junto à Costa das Baleias, foram as regiões turísticas que menos recursos receberam ao longo do Prodetur I e II. O território em estudo, de acordo com o Banco do Nordeste e o Governo do Estado, recebeu pouco mais de 280.000 dólares de investimentos em projetos na primeira fase. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/SEI, 2007). As dificuldades em se implantar os projetos do Prodetur II na Costa do Dendê, dizem respeito à restrição da liberdade de execução dos programas, da falta de verbas no orçamento estadual para sua contrapartida e da obrigatoriedade por parte dos governos estaduais, de submeter todas as ações desenvolvidas ao crivo dos agentes financiadores do Prodetur-NE, o que reduziu, ou pelo menos desacelerou, os investimentos previstos. Verificasse, assim, uma efetiva sujeição da política de desenvolvimento turística estadual aos interesses e objetivos de agentes exógenos, no caso os financiadores do Programa, BID e BNB. Mendonça (2004, p.19), não deixa dúvidas ao afirmar que:

⁷ Fonte: BNB, 2002, p.33

“a necessidade de comprovar, para os agentes financiadores do Prodetur-NE, a viabilidade econômica e financeira dos investimentos e infra-estrutura pública, aliada a um volume de recursos limitados, em face do amplo programa estabelecido pela Bahia, acabaram por limitar bastante este objetivo”.

Assim, a premissa básica do programa, de se promover a diminuição das desigualdades regionais, via estímulos para a geração de emprego e renda e capacitação de recursos humanos, neste caso pela dinamização da atividade turística, se faz ineficiente, pois, destinos mais consolidados e já com grande fluxo de turistas, como a Costa do Descobrimento e a capital Salvador, receberam um montante bem superior de capital para investimentos em detrimento de regiões como a Costa do Dendê e Costa das Baleias.

Os investimentos realizados na Costa do Dendê, provenientes dos recursos do Prodetur I, em pouco colaboraram para o desenvolvimento da região. As ações implementadas com recursos deste programa, todos na primeira fase, foram a construção do aeroporto de Valença, a distribuição de verbas para ampliação e mapeamento das unidades de conservação e áreas de proteção ambiental, além da reforma e sinalização de trechos da rodovia estadual BA 001, que liga as cidades de Nazaré das Farinhas à Valença e Camamu a Itacaré. Pode-se constatar que algumas das ações realizadas se fizeram ineficazes aos propósitos a que serviam em teoria, conforme descrito abaixo:

- a) O aeroporto de Valença, construído com a finalidade de minimizar o fluxo do aeroporto de Salvador e dinamizar o acesso dos turistas à região, não recebe vôos regulares, tornando-se assim uma estrutura ineficiente e cara, devido a sua manutenção. Através das entrevistas realizadas pode-se constatar que na prática, os turistas desembarcam no aeroporto de Salvador e escolhem entre três opções para chegar a este destino: Via Ferry Boat até a ilha de Itaparica e o restante do trajeto de ônibus e barco, uma linha diária de Catamarã que liga a capital ao arquipélago ou ainda linha aérea que desembarca direto em Morro de São Paulo;

- b) os investimentos em proteção ambiental, ao custo de 91.000 dólares destinados as Apa's de Tinharé, Maraú e Pratigi, se tornou um ação pontual e não amenizou a devastação e os impactos gerados pelo turismo nas duas últimas décadas, como as construções irregulares a beira mar, o aumento do lixo e esgoto, o desmatamento para implementação de equipamentos de uso turístico e ainda a exploração de petróleo e gás na Bahia de Camamu e no entorno do Arquipélago de Tinharé;
- c) apesar de ter construído o trecho rodoviário Camamu-Itacaré que liga a Costa do Dendê à Costa do Cacau, através da BA-001, o projeto não reformou o trecho entre as cidades de Nazaré das Farinhas e Valença, que se encontra em estado precário.

Os demais projetos anunciados dentro do programa, como a urbanização da orla de Guaibim, a revitalização do centro histórico de Valença, a implantação do sistema de limpeza urbana e aterro sanitário para as ilhas de Tinharé e Boipeba, a sinalização turística para toda a Costa do Dendê e ainda a implantação do programa de capacitação profissional, ainda não foram implantados e estão aguardando a liberação de verbas.

Assim, para a região da Costa do Dendê, o Prodetur II ainda não alcançou os objetivos imaginados, que tratam da qualificação da mão-de-obra local, o aporte de infra-estrutura física, a melhoria e ampliação dos meios de acesso aos destinos turísticos e ainda o fornecimento de linhas de créditos para pequenos empresários. Os recursos liberados para esta região, por volta de três milhões de dólares, não atingiram o objetivo maior do programa, que é o de fornecer infra-estrutura física às regiões contempladas, além de financiamentos, qualificação e estímulos para a ampliação da atividade turística.

De acordo com a Secretaria de Cultura e Turismo de Cairu, através de sua secretária de turismo, Sra. Lena Wagner, o Arquipélago de Tinharé, assim como Morro de São Paulo e o Loteamento Nossa Senhora da Luz, não foram beneficiados com nenhum projeto do Prodetur I. A secretária culpa a burocracia para a captação das verbas do programa, tanto por parte do governo estadual,

quanto pelos agentes externos financiadores do programa. Para a segunda fase do programa existe a previsão de construção de uma creche e um centro cultural no povoado, além da implantação do sistema de limpeza urbana e aterro sanitário no arquipélago, projetos que contribuiriam substancialmente para melhoria da qualidade de vida da população local e que se refletiria diretamente na percepção do turista em relação ao local visitado, reforçando uma imagem positiva do território. Essas obras, apesar de já anunciadas, estão ainda sem previsão para liberação de verbas.

1.2 - O turismo no Arquipélago de Tinharé⁸ e seus impactos sócio-ambientais

O aparecimento de uma atividade compreendida como a precursora do turismo tal como conhecemos hoje, iniciou-se com o veraneio regional. No início da década de 80, famílias residentes em cidades próximas ao arquipélago, e também da capital Salvador, começaram a usufruir suas férias de verão na ilha, atraídas pela beleza e tranquilidade ímpar da região, chegando ao arquipélago em pequenos barcos de madeira utilizados para a pesca na região. Inicialmente essas famílias adquiriam os alimentos disponíveis na ilha e alugavam as residências de famílias nativas para sua hospedagem, onde os veranistas passavam os meses do verão, usufruindo das mesmas condições do nativo. Seu Emmanuel nos relata que na década de sessenta e setenta, sua família alugava casas de pescadores em Morro de São Paulo para veraneio, até que em 1978 eles compraram um imóvel no povoado.

O fluxo de veranistas aumenta gradativamente, somando-se a isso a divulgação da beleza local, feita inicialmente através dos *hippies* e depois por turistas vindos de toda parte do Brasil, durante as décadas de 1960 e 1970 e

⁸ O município-arquipélago é composto, além da cidade sede de Cairu, de 36 ilhas, localizadas num complexo estuário. Ao todo, existem três povoados: Galeão, Gamboa e Velha Gamboa e ainda seis povoados: Morro de São Paulo, Canavieiras, São Sebastião, Torrinhas, Tapuias e Guarapúá (SECRETARIA DE TURISMO DA BAHIA, 2007).

também pela melhoria e modernização dos meios de transportes, terrestres e marítimos. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/SCT, 2004).

Durante a década de sessenta, de setenta e início de oitenta, o Morro de São Paulo recebe viajantes de diversas regiões que, em busca de lugares isolados e paradisíacos, chegaram à ilha, conforme nos relata o Sr. Gil, residente em Morro a vinte nove anos e que trabalha com a construção de fornos a lenha para restaurantes e pousadas da região. Segundo ele nesta época o lugar era o paraíso na terra e todos eram bem recebidos quando chegavam.

Até fins dos anos setenta, com exceção das residências dos veranistas, não existiam cercas e trancas nas casas, tão pouco luz elétrica e água tratada. Comumente, as pessoas que ali chegavam, residiam em casas que já existiam, casas de taipa, ou construíaam casas simples, com material da região, como madeira, palha, piaçava e ainda fabricavam a cal utilizada para reforçar suas habitações. Segundo relato de Seu Dandão, morador de Morro de São Paulo a mais de cinquenta anos, fazer a cal era um trabalho pesado, mas um trabalho agradável também. Ele trabalhava junto com a esposa e outros familiares. Iam para o mar e quando a maré secava, apanhavam as pedras. Quando a maré começava a encher, enchiam a canoa e traziam pra beira da praia as pedras, utilizadas para a fabricação do material.

Uma construção simples podia levar bastante tempo. Os novos moradores, vindos de todas as partes do País e também da Europa, construíram suas casas, principalmente, no Morro da Mangaba e no Zimbo, uma localidade situada entre a terceira praia e o povoado, que nesse momento começava a ser povoado. De acordo com relato dos moradores mais antigos, como Tia Dadai, os nativos do Arquipélago, que na década de sessenta eram em torno de trezentas famílias, não tinham um sentimento de posse do território. Na maioria das vezes, sua posição era de afastamento e não de confronto. Nos períodos de veraneio, embora não fosse algo tão forte e importante na comunidade, muitos moradores aproveitavam para conseguir um dinheiro a mais. “No verão o que a gente colocasse pra vender, vendia, no inverno não tinha a quem vender porque eram somente os moradores, a ilha de pescador”, afirma Dadai.

Durante o início da década de oitenta, com a expansão do turismo em Salvador, e pela proximidade geográfica, Morro de São Paulo teve um

significativo reforço de turistas que, ao retornarem aos seus locais de origem, propagavam as belezas cênicas do arquipélago, gerando curiosidade e, por conseqüência, a vinda de mais visitantes nacionais e estrangeiros. Com isso, o território entra em uma fase de especulação e valorização imobiliária, o aumento expressivo nos preços dos terrenos e, também, na quantidade de transações imobiliárias, tendo como fator motivacional a abertura de empreendimentos turísticos, que a partir de 1985 contavam com energia elétrica na ilha para operarem suas empresas. Conforme relato do Sr. Gil, as coisas começaram a mudar mesmo a partir de 1985 quando chegou a luz. Nas ruas do povoado ficaram tomadas por materiais de construção como cimentos, tijolos e vergalhões. Diversas pousadas, restaurantes, lanchonetes, agências de turismo e demais serviços ligados à atividade são implementados, porém sem qualquer orientação de planejamento ou conformidade ambiental. Segundo cálculos Sr. Gil, estima-se que na década de oitenta, perto de 50 empreendimentos ligados ao turismo foram instalados no arquipélago. Os impactos ambientais também se acentuaram consideravelmente durante o processo de ocupação pela atividade turística. Conforme relato do morador, Sr. Juan Pedro, que afirma que o primeiro sinal de alteração da paisagem foi através do desmatamento. Ainda segundo ele, o crescimento do povoado e as construções acentuaram a acabaram com boa parte da floresta, com as pedras do mar e os recifes do mar.

Melhorias administrativas, ligadas ao transporte dos turistas e moradores, foram implementadas, principalmente durante a década de noventa, quando se teve a regularização das linhas de barcos que faziam a travessia entre a cidade de Valença e o arquipélago, e ainda a melhoria da estrada que dava acesso à Costa do Dendê. Nesta mesma década, fora elaborado um projeto de divulgação turística dos territórios baianos, onde o arquipélago estava inserido como um dos atrativos (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/SCT, 2004).

Nessa mesma época, com a expansão do turismo na Bahia, principalmente em Salvador, os empresários de Morro de São Paulo perceberam que a proximidade estratégica que a capital poderiam contribuir para o aumento no fluxo de turistas e reivindicaram a instalação de uma linha diária de transporte marítimo, implantada em 1992, com capacidade para transportar 150 passageiros, sem paradas, entre Salvador e o arquipélago, em pouco mais de

duas horas, facilitando o traslado entre as duas localidades, que antes era feito de Ferry Boat, ônibus e barco e durava em média seis a oito horas. Com isso tem-se um reforço significativo do fluxo turístico, uma diminuição nos índices de sazonalidade, pois a capital recebia um fluxo significativo de turistas, que se interessavam em visitar a ilha por uns dias.

De acordo com estudos realizados, para compor o Plano Diretor do Município de Cairu, através da Prefeitura de Cairu, com o apoio da Secretaria de Planejamento do Estado, em 2005, a capacidade de expansão dos equipamentos turísticos, especificamente em Morro de São Paulo, não tem qualquer possibilidade de ampliação, uma vez que:

- a) Estima-se que no território a taxa de intensidade turística, ou seja, a utilização do espaço pela atividade, já tenha ultrapassado seu limite máximo desejado, situação problemática para a implementação de um turismo sustentável;
- b) nestes casos, prevalecem os impactos negativos do turismo, especialmente o de caráter sócio-cultural, situação que já acontece, conforme descrito no Plano Diretor Municipal.

Dada à situação em que se encontra o uso turístico nas localidades do Município de Cairú, principalmente no povoado de Morro de São Paulo, é necessário que se promova a elaboração de um plano estratégico para o desenvolvimento do turismo no município de Cairú, principal recomendação que emana do Plano Diretor do Município, como uma das atividades prioritárias, na ótica econômica e social (PREFEITURA DE CAIRU/SEPLAN, 2005).

Através de visita à sede do município, podemos constatar a grande carência de informações no que refere aos níveis de oferta e procura turística para o Arquipélago de Tinharé. Partimos então para uma análise *in loco*, somadas as informações recolhidas na Secretaria de Planejamento do Estado, a Bahiatursa e às entrevistas com empresários e empregados que trabalham com o turismo. Com base nessas informações, podemos observar:

- a) Um crescimento desordenado, devido a não estruturação correta da oferta ante a demanda existente, que gera distorções de várias naturezas, como as ampliações dos empreendimentos, sem autorização dos órgãos públicos e estudo dos impactos ambientais;
- b) A explosão da demanda turística durante os meses de verão, trás impactos sócio-ambientais consideráveis, assim como o desequilíbrio em alguns meses do ano, como junho e agosto, onde essa demanda é menor do que a oferta local;
- c) a inexistência de estudos da evolução e segmentação do mercado turístico pela Prefeitura e Secretaria de Turismo do Município para o produto turístico local.

Estas constatações compreender que a sazonalidade traduz-se por fluxos turísticos excessivos para a capacidade de carga de muitas das parcelas do território, sendo o povoado de Morro de São Paulo seu expoente máximo no verão, carnaval, passagem de ano e fins-de-semana prolongados e que, no entanto, no inverno chegam a existir hospedagens com taxas de ocupação muito baixas, principalmente nos atrativos ainda não consolidados, como o município sede e algumas ilhas.

Através de entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, com vinte e três turistas que visitavam o local, podemos constatar que, entre os estrangeiros, predominam os visitantes de origem portuguesa, israelense, francesa e Italiana, esses classificados por ordem quantitativa, que, em regra, procuram meios de alojamento mais qualificados com estadia média de nove noites. Quanto aos turistas nacionais, esses são predominantemente compostos por paulistas, mineiros e gaúchos e registram uma estadia média que não ultrapassam cinco noites.

Segundo o Plano Diretor do Município de Cairu, estima-se, para as localidades de uso turístico do município, um total de 1,5 milhões de pernites anuais, com uma taxa média anual de ocupação hoteleira da ordem dos 52,5% a 65,0%, embora muito variável ao longo do ano: Nos meses de janeiro a março varia entre 80% e 95%, No mês de abril observa-se uma descida acentuada para um máximo de 40% a 60%; Entre os meses de maio e junho continua o fluxo

descendente, atingindo uma média de 20% a 25%; Os meses de julho e agosto retomam o fluxo ascendente, com ocupação em cerca de 30% a 40%; Nos meses de setembro e outubro essa taxa sobe para cerca de 60% a 70%, enquanto nos meses de novembro e dezembro aponta para valores próximos dos registrados no início do ano: 70% a 85%. Verifica-se, assim, que o número de pernoites poderá atingir as 950 mil, sendo o seu valor mais elevado registrado no período que vai de novembro a março, absorvendo cerca de 58% do total. Num cenário menos otimista aquele valor restringe-se às cerca de 780 mil dormidas. (PLANO DIRETOR DE CAIRU, 2005, p. 41).

A avaliação que se pode fazer, da oferta e da procura turísticas, dentro do município de Cairu, e, mais especificamente para Morro de São Paulo, nos mostram que a atividade turística não está devidamente estruturada, quer ao nível da oferta, quer ao nível da demanda, mas principalmente na adequação da oferta à procura por leitos, mesmo que se compreenda que a sazonalidade é um fenômeno existente em todas as destinações turísticas, mas que pode ser amenizada gradativamente, através do planejamento, regulamentação do fluxo e incentivos para visitação em baixa temporada.

1.2.1) O território e as alterações sócio-espaciais

De acordo com levantamentos históricos, na década de cinquenta e sessenta, moravam no povoado cerca de trezentas famílias. A maior parte habitava o quadrilátero formado pela praça⁹, a rua principal¹⁰, a Praça da Amendoeira, em frente à igreja¹¹ e a Fonte Grande¹². Havia pouquíssimas moradas no Morro da Mangaba, não existiam habitações na Lagoa, nem nas praias, com exceção de algumas casas de veraneio na 1ª Praia. O Buraco do Cachorro era apenas um pedaço de terra inabitado, assim como o Zimbo, outra área desocupada existente em Morro de São Paulo.

⁹ Praça Aureliano Lima

¹⁰ Denominada hoje de Broadway

¹¹ Igreja Nossa Senhora da Luz, concluída em 1845

¹² Fonte Grande, Construída em 1746

Segundo relato de Seu Emmanuel, as casas dos moradores eram simples, a maioria de taipa, com cobertura de piaçava ou *Eternit*¹³, erguidas sob o chão batido. Muitas delas pintadas com cal. Não havia energia elétrica e a água, utilizada para beber, cozinhar, lavar roupas e tomar banho vinha da Lagoa, que era canalizada na Fonte Grande, além da água do rio Biquinha, que os moradores carregavam, em panelas e latas para casa, ou utilizavam direto na beira da fonte e do rio.

Os nomes das praias também eram diferentes¹⁴. Existiam diversos espaços abertos de áreas verdes, com árvores frutíferas, coqueirais, ao longo do Morro da Mangaba, no Zimbo, na Lagoa e no Buraco do Cachorro, com presença maior da vegetação litorânea. O Morro da Mangaba, por exemplo, originou seu nome devido à grande quantidade de **sa** espécie de fruta encontrada no local. Na Fonte Grande havia um grande número de mangueiras, perto da Lagoa predominavam os cajueiros. Os moradores dispunham de bananas, fruta pão, verduras e plantas para chá, em seus quintais que, com a explosão imobiliária nas décadas de oitenta e noventa, foram gradativamente desaparecendo (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/SCT, 1998, p.87).

No início da década de oitenta, os espaços físicos do povoado e das praias começam a se transformar, conforme podemos observar nas fotos 1 e 2. Novas casas construídas com pedra, cimento e tijolo, pequenos comércios e pousadas, passaram a ocupar o território que, até então, era um espaço onde moravam apenas os nativos.

Nesta época, algumas pousadas foram construídas também ao longo da segunda e terceira praias. Passagens, que antes eram de acesso comum, foram cercadas e ali se elevaram construções para uso turístico, como pousadas e restaurantes, trazendo, dentre outros problemas, o bloqueio dos corredores de ventilação. Muitas árvores foram cortadas, casas foram construídas, inicialmente

¹³ Telhado elaborado com amianto, em formações ondulares, utilizada em larga escala para cobertura de residências populares.

¹⁴ **Nomes anteriores das praias de Morro de São Paulo:**

Prainha – Primeira Praia

Poço da Praia – Segunda Praia

Rio do Pinto – Até o meio da Terceira Praia

Caieira – Meio da Terceira Praia até a Quarta Praia

Sueiro – Quarta Praia

Zimbo e Mangue Queimado – Quarta Praia

Carapitangui – Quinta Praia ou Praia do Encanto

na praça, alastrando-se por todo o povoado, principalmente depois de 1985, quando a luz elétrica chegou a Morro de São Paulo, possibilitando um processo de alteração e transformação veloz e significativo. Conforme relato de Tia Dadai, as terras eram todas abertas, desprovidas de cerca e ninguém era dono de nada. Então foram chegando outros residentes, fazendo suas casas e cercando os terrenos. Muitas vezes colocavam a cerca e vendia para outras pessoas.



Foto 1: Praias - Verão de 1982
Autor: Luis Pereira



Foto 2: Praias - Inverno de 2006
Autor: Ernesto Mata Machado

No âmbito das relações sociais, o turismo contribuiu para várias alterações no cotidiano dos habitantes do Morro de São Paulo. Trabalhadores de outros setores da economia, como da pesca e da agricultura, foram se transformando em guias turísticos e serviços de pousadas, hotéis, restaurantes, vendedores ambulantes e demais atividades ligadas ao uso turístico e com isso tem-se uma alteração nos tipos de mercadorias e serviços, consumidos no local, devido à própria mudança de consumo e produção de bens, esses influenciados pela atividade turística. Sandálias de borracha, roupas, *souvenirs*, acesso à internet, instituições de câmbio, passeios em jipes e lanchas, dentre outros, compõem a gama dos novos produtos em oferta no território (BARBOSA, 2006, P.98).

Segundo relato dos comerciantes de Morro de São Paulo, as mercadorias são geralmente adquiridas nas cidades de Salvador e Valença e transportadas de barco até o arquipélago. Essas alterações econômicas afetam o processo das relações sociais, do trabalho e do espaço, gerada por uma demanda, antes pequena, e agora intensa, estimulada pela atividade turística. A especulação imobiliária e a alteração da paisagem natural também são conseqüências desta reordenação do espaço pela atividade turística.

No que diz respeito aos empresários e agentes econômicos, ligados à atividade turística, pode-se destacar a visão da Fundação Getúlio Vargas, em estudo realizado para a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, denominado Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável na Costa do Dendê, no ano de 2004, onde se aponta que:

“Ao invés de se perseguir o crescimento do número de turistas como se faz hoje, é necessário se trabalhar o aumento sua permanência média, fator que irá gerar uma maior receita em detrimento do número total de visitantes. Existem também algumas ações que podem ser realizadas para que a população original não seja marginalizada, como à sua conscientização em relação ao desenvolvimento do turismo, o estímulo às ações de empreendedorismo local, suportadas pela concessão de cursos de capacitação e créditos específicos, além da ação efetiva do legislativo do município, nas diretrizes de zoneamento e a lei de uso do solo, buscando inibir os abusos no processo de formação do destino turístico”. (FGV, 2004, p. 44)

1.2.2) Descrição do Território



Foto 3: Imagem de satélite de Morro de São Paulo
Fonte: Google Earth – Indicações feitas pelo autor – Novembro de 2007

As pessoas, em geral, chegam a Morro de São Paulo pelo atracadouro. À esquerda do atracadouro situa-se o caminho para as ruínas da fortaleza¹⁵, à direita encontra-se uma rampa íngreme que dá acesso ao povoado.

Ao término da rampa encontramos a Praça da Amendoeira e, em frente, a Igreja Nossa Senhora da Luz¹⁶ (Foto 4). Em torno a essa praça existem doze casas, cinco pousadas, uma loja de acesso a internet, o posto de saúde e duas lanchonetes.

¹⁵ Fortaleza de Tapirandu, que teve sua construção iniciada em 1630 e concluída em 1730. É considerado um dos maiores conjuntos defensivos do Brasil, pelo Patrimônio Histórico Nacional.

¹⁶ Concluída em 1845, essa igreja guarda relíquias dos séculos XVII e XVIII, como imagens sacras e um altar de cedro.



Foto 4: Igreja Nossa Senhora da Luz – Morro de São Paulo
Autor: Ernesto Pablo Mata Machado – Setembro de 2007

À esquerda da praça tem-se o caminho de acesso ao Farol. Neste trajeto se encontram cerca de vinte casas, seis pousadas e três bares onde são realizadas festas noturnas. A direita da Praça da Amendoeira está a praça principal (Foto 5), Aureliano Lima, onde há um sobrado dos tempos coloniais, que hoje é uma pousada. O entorno da praça, que tem formato quadrangular, é composto de nove casas de alvenaria, seis pousadas e cinco restaurantes.



Foto 5: Praça Aureliano Lima
Autor: Silnei Laise – Setembro de 2005

Descendo a Praça Aureliano Lima (Foto 6), no caminho para as praias, situa-se a rua principal, antes Rua Caminho das Praias, hoje popularmente chamada de *Broadway*. Nesta rua existem dezenove restaurantes que servem comidas de diversas nacionalidades, como brasileira, italiana, portuguesa e israelense, além de quatorze lojas comerciais, entre butiques, mercados, agência de passeios, de câmbio, loja de acesso à internet e de artesanatos. Soma-se a essas, dezoito pousadas e vinte e cinco casas de alvenaria. Analisando o histórico do comércio na rua principal, percebe-se que muitos destes estabelecimentos mudam constantemente de proprietários, ou de arrendatários e também de uso¹⁷.



Foto 6: Praça Aureliano Lima
Autor: Ernesto Pablo da Mata Machado – Setembro de 2007

Descendo a rua principal e dobrando a esquerda, chega-se à Primeira Praia, onde existem quatro pousadas e três lojas que vendem *souvenirs* e roupas. Ao termino da rua tem-se um caminho de terra para o acesso a Segunda Praia, marcando o término do povoado e o começo das praias (Foto 7).

¹⁷ Em uma temporada o imóvel funciona como loja, em outra temporada é restaurante etc.



Foto 7: Foto aérea do povoado e Primeira Praia
Autor: Silnei Laise – Setembro de 2006

Da Praça Aureliano Lima, subindo à direita do Casarão, encontra-se a Rua da Fonte Grande¹⁸ (Fotos 8 e 9). Nesta rua, e em volta da Fonte, existem cerca de quarenta residências, vinte e um estabelecimentos comerciais como mercados, butikues e bares, além de onze pousadas. Atrás da Fonte Grande, à esquerda, existe um caminho que também desce até as praias, paralelo ao Rio Biquinha, que leva esse nome devido à bica existente antes da fonte. Encontram-se, neste espaço, quinze casas, dois bares e duas pousadas.

A direita da Fonte Grande tem-se outro caminho que dá acesso à Gamboa, outro povoado do arquipélago. A esquerda uma escadaria liga a fonte à Mangaba através de uma escadaria com 184 degraus. Seguindo em frente chega-se à Lagoa, e, depois, ao Buraco do Cachorro e a Cachoeira Fonte do Céu (Foto 10), uma queda de água situada à esquerda do Loteamento Nossa Senhora da Luz.

¹⁸ Localizada na rua de mesmo nome, essa fonte, construída em 1746 para a captação e decantação das águas provenientes do lençol freático e do Rio Biquinha que circunda o local.

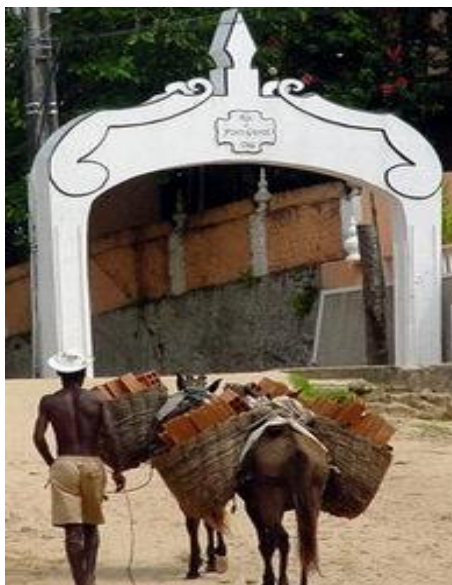


Foto 8: Portal de acesso a Rua da Fonte Grande
Autor: Silnei Laise – Setembro de 2006

Em frente ao fim da Rua da Fonte, chega-se ao Morro da Mangaba, que começou a ser habitado pelos antigos moradores, na década de setenta e que hoje se encontra todo loteado, com casas residenciais, geralmente bem simples, como no Buraco do Cachorro. Algumas dessas casas são de tijolo, sem reboco e a grande maioria é de madeira. No local podem ser encontradas, ainda, doze casas e duas pousadas. O Morro da Mangaba possui dois mercados, três bares, um orelhão e duas igrejas evangélicas.



Foto 9: Fonte Grande – Morro de São Paulo
Autor: Ernesto Pablo da Mata Machado – Setembro de 2007

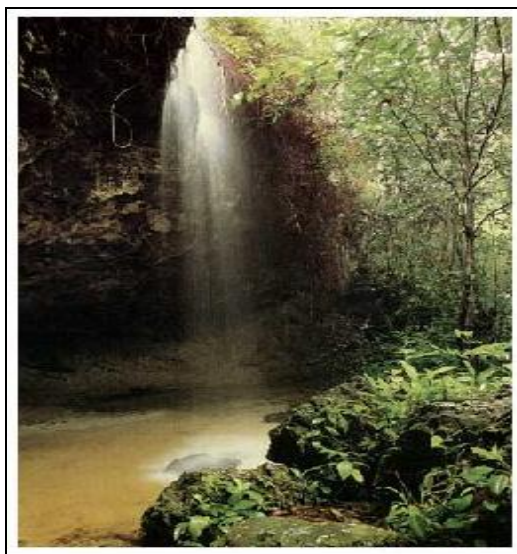


Foto 10: Cachoeira Fonte do Céu
Autor: Site www.morrodesãopaulo.com.br – Setembro de 2007

A Lagoa, que até os anos oitenta servia como principal fonte de água para o banho e uso na cozinha dos moradores do povoado, atualmente se encontra em desuso e poluída, com suas águas turvas e a presença de muitos resíduos de lixo em seu redor. Segundo o funcionário da Embasa, o abastecimento do povoado é feito hoje através da estação de tratamento de águas, localizado entre a Segunda e Terceira praias. Ao entorno da margem de água da Lagoa, existem cerca de quinze habitações, formadas principalmente de moradores mais antigos, residentes no local a mais de quinze anos.

1.2.2.1) As Praias de Morro de São Paulo

A Primeira Praia (Foto 11), chamada de Prainha pelos moradores antigos, é uma enseada, com cerca de 500 metros, onde se encontram atualmente sete residências, de alvenaria e cobertura em telha de cerâmica colonial, geralmente de veranistas que freqüentam o local a muitos anos. As demais habitações foram vendidas e transformadas em pousadas, cinco no total. Nesta praia os nativos e turistas praticam surf. O Rio Biquinha desemboca neste local e por este motivo, todo esgoto jogado no rio estava poluindo a praia. Diante disso, o Rio passou a ser tratado antes de ter suas águas lançadas nesta praia.



Foto 11: Primeira Praia – Morro de São Paulo
Autor: Site www.rotatropical.tur.br – Novembro de 2007

A Segunda Praia (Foto 12), assim como a Primeira Praia, também é uma enseada, com cerca de 700 metros. Esta é a praia mais freqüentada de Morro de São Paulo. Durante a maré baixa há formações de piscinas naturais, em meio a corais, que costumam ser muito apreciadas pelos turistas. A praia é bastante utilizada – principalmente por moradores, nativos jovens e turistas - para a prática de esportes com vôlei de praia, frescobol e natação.



Foto 12: Segunda Praia – Morro de São Paulo
Autor: Site www.rotatropical.tur.br – Novembro de 2007

A antiga Ilha da Saudade, na Segunda Praia, oferece espaço para os namorados ou pessoas que gostam de privacidade para observar o mar. Devido à posição desta praia, é comum as pessoas permanecerem ali depois das festas ou

acordarem cedo para ver o sol “nascer” no horizonte, e a noite se torna palco de festas. Possui um grande número de bares, cerca de quinze e de pousadas, essas por volta de vinte e cinco.

A Terceira Praia (Foto 13) é a mais comprida das enseadas. Pouco freqüentada pelos turistas para banho, devido à invasão do espaço por oito bares, e onze pousadas, um salão de beleza e duas agências de passeios, houve a necessidade da construção, em 1996, de uma muralha de pedra para conter as marés, devido ao crescimento desordenado, formando um labirinto.



Foto 13: Terceira Praia – Morro de São Paulo
Autor: Site www.rotatropical.tur.br – Novembro de 2007

Esta praia costuma ser usada pelos turistas e moradores de Morro de São Paulo para a prática de esportes náuticos como velas, caiaque e natação. Além disso, devido as suas piscinas naturais, na maré baixa é local de desembarque de grupos que chegam por meio de barcos fretados por agências de viagens, e ponto de partida para excursões de barco ao redor da ilha. Ali também, há cavalos para serem alugados, servindo de transporte em passeios turísticos pelas demais praias.

A Quarta Praia (Foto 14) é a mais extensa de Morro de São Paulo. Na maré baixa encontram-se vários recifes e piscinas naturais. Sua extensão é composta na maior parte por terrenos inabitados e uma fazenda. Talvez por este motivo, esta é hoje, a praia menos ocupada por empreendimentos de uso turístico. No local existem quatro pousadas e uma barraca de praia, o que faz com que - apesar da pouca distância – contraste com o movimento do povoado e das

outras praias e crie um clima de praia deserta. No meio desta praia, tem-se a entrada para o Zimbo, um bairro onde vivem famílias nativas e alguns estrangeiros.



Foto 14: Quarta Praia – Morro de São Paulo
Autor: Site www.rotatropical.tur.br – Novembro de 2007

A Quinta Praia, ou Praia do Encanto (Foto 15), também de grande extensão, tem, na maior parte de seu entorno fazendas e terrenos cercados. Serve de ligação entre Morro de São Paulo e outro povoado, a de Guarapuá. Não existe nenhum bar ou pousada e na alta estação, moradores do povoado improvisam pequenas barracas para vender água de coco, bebidas alcoólicas e ainda tira gosto.



Foto 15: Praia do Encanto – Morro de São Paulo
Autor: Site www.rotatropical.tur.br – Novembro de 2007

1.3 - A população da ilha

Na memória dos nativos¹⁹ e dos moradores mais antigos entrevistados, a história das famílias e de suas origens, tem se distorcido no imaginário popular. Quando indagados sobre a origem das famílias, os mais velhos²⁰ limitaram-se a fazer referências dos parentes próximos, como os pais e, no máximo, avós dos nativos de hoje. A maior parte das pessoas que nasceu, e tem pais que naturais do Morro de São Paulo, não demonstraram interesse em saber como seus ancestrais teriam chegado ao povoado, evidenciando que, embora anúncios turísticos explorem uma suposta origem Tupiniquim e Aimoré dos nativos, a origem histórica dessas pessoas, em 2007, não é importante para a construção e/ou afirmação de suas identidades. Este fator, somado a escassa bibliografia, que trata do fluxo migratório e da realidade do povoado por longos períodos, dificultou o conhecimento acerca da herança genética e cultural deste povo. Nas décadas de cinquenta, sessenta até meados da década de setenta, quando muitos viajantes começaram a frequentar Morro de São Paulo, as pessoas que viviam no povoado eram majoritariamente pescadores de tradição, ou seja, os que moravam ali eram filhos e netos de pescadores ou cônjuge destes. Portanto, a cultura da pesca fazia parte das esferas da vida de todos os habitantes.

Com a chegada dos primeiros viajantes e depois com a entrada dos empresários de turismo, e destes, a consolidação da atividade no território, acontece uma transformação considerável no que tange as relações sócio-culturais dentro do arquipélago, contribuindo-se assim para a descaracterização de suas identidades e ancestralidades.

1.3.1) A inserção dos novos habitantes

Segundo a Secretária de Turismo e Cultura de Morro de São Paulo, Sra. Lena Wagner, a grande maioria da população que chega ao arquipélago de Tinharé, em busca de ocupação e renda, tem origens regionais e esse movimento, muitas vezes, se dá em decorrência da falta de possibilidades de

¹⁹ Aqui são compreendidas as pessoas que nasceram em Morro de São Paulo.

²⁰ Moradores como Seu Dandão e Seu Gil, que residem a mais de vinte anos no local.

trabalho em seus locais de origem, geralmente as cidades ao entorno do arquipélago, como Valença, Ituberá, Cairu e, até mesmo de Salvador. Existe também outro grupo de pessoas que chegam ao local com capital para investir em empreendimentos, geralmente ligado ao turismo, que de acordo com a secretária, são geralmente oriundos de outros estados e países, como Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Espanha, França e Alemanha, formando assim outra camada sócio-econômica. De acordo com Singer (1998, p.202), de maneira global, esse fenômeno pode ser definido como “um mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas”.

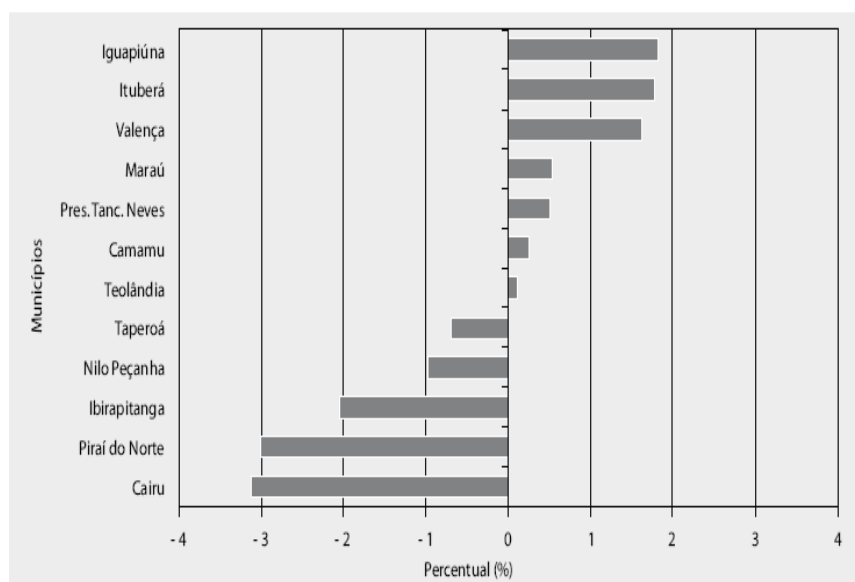
Em Morro de São Paulo é comum também a existência de moradores temporários, pessoas que residem no território por alguns meses e voltam para suas cidades ou se deslocam para outro lugar. Na categoria de “moradores temporários” inclui-se também, pessoas de outros países, principalmente argentinos e italianos, que chegam com algum capital, arrendam pousadas, lanchonetes ou restaurantes, como por exemplo, o restaurante “Baleia”, de um arrendatário argentino e permanecem por um tempo em Morro com a renda do estabelecimento. Desde a época dos *hippies*, existem estes “moradores temporários”, mas, diferentemente daqueles que chegaram nas décadas de setenta e início da década de oitenta, os novos moradores, procuram em Morro de São Paulo um lugar adaptado às suas necessidades, geralmente bonito e tranquilo, mas com acesso a confortos de uma cidade grande, como internet, telefone, noites de festas e bons restaurantes.

Outro grupo significativo de pessoas que reside em Morro de São Paulo são os moradores de baixa renda. Estes moradores, que de acordo com as entrevistas realizadas em pesquisa de campo, são oriundos, principalmente, do interior da Bahia e de Salvador e residem no Buraco do Cachorro, no Zimbo e no Morro da Mangaba.

Analisando a taxa média geométrica de crescimento anual da população do município (Tabela 1), percebe-se uma queda na população rural em 8,26%. Isso se deve, em parte, à questão da busca por emprego e renda, sendo que o maior número de oportunidades de trabalho na região se dá através da atividade turística. Morro de São Paulo, que segundo a Secretaria de Cultura e Turismo,

recebeu em 2004, mais de cento e vinte mil turistas, se apresenta como maior receptor regional deste contingente de pessoas em busca de oportunidades de trabalho. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/SCT, 2006).

Tabela 1: Taxa geométrica de crescimento anual dos municípios do Baixo Sul (anos de 1991-2000)



Fonte: IBGE, análise dos Censos demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Já a população urbana do município teve um crescimento de 2,49%, número superior às demais cidades dos municípios da Costa do Dendê, provavelmente, além de seu crescimento natural, influenciado pelo aumento da atividade turística da cidade de Cairu, que começa a se tornar um território de aporte estrutural, onde os turistas, a caminho de outro grande atrativo turístico da região, a Ilha de Boipeba, fazem seus contatos, compras, reservas em hotéis e pousadas, traslado para o atrativo, saques em banco e ainda guardam seus carros em estacionamentos. Isso já acontece numa escala ainda maior com a cidade de Valença, que também funciona como cidade de aporte estrutural ao turista, sendo ainda responsável pelo abastecimento dos produtos comercializados no arquipélago, beneficiando-se assim da consolidação da atividade turística em Morro de São Paulo.

1.4 - Os impactos ambientais no território

O eco-turismo se coloca como uma alternativa de turismo sustentável para os espaços naturais. O Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR define ecoturismo como:

“(...) um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (EMBRATUR, 2005, p. 19).

Porém, a inobservância de possíveis impactos ambientais, como a destruição da mata nativa, as construções irregulares em áreas dunares, de marés e de terrenos irregulares, expõe à fragilidade das áreas litorâneas, e nos evidencia problemas referentes à má distribuição de seus benefícios ao meio ambiente e às populações locais, colocando em risco a sustentabilidade sócio-ambiental local, tão presente na retórica da mídia turística e nos diversos agentes econômicos, como estado, grandes empresários e entidades multilaterais.

Sachs (1986, p.99) apresenta um conceito de desenvolvimento e de planejamento com a inclusão da dimensão ambiental, considerada pelo “equilíbrio dos recursos naturais e recursos energéticos com a qualidade de vida da população envolvida”. Para isso, o planejador deve buscar não apenas o conhecimento sobre o meio ambiente, mas também o conhecimento da sociedade ali existente e suas características. Ainda segundo Sachs (1986, p.113), o conceito de desenvolvimento ecológico prioriza a diversidade de situações e possibilidades para o desenvolvimento local, contrapondo-se a idéia geral e predominante uniformista, de ações fixas para qualquer território, que adapta o ecossistema às tecnologias existentes em outros territórios. Defende-se então, a adoção de uma nova atitude, desenhando-se tecnologias apropriadas às condições do ambiente local e propõe, nas áreas de nutrição, habitação, energia e outras, a identificação de possibilidades locais diversas que escapem da uniformidade e que dê ênfase a complementaridade, a exemplo das cadeias produtivas, respeitando e potencializando as aptidões ambientais, conhecimentos, e culturas locais.

O lixo se configura num desafio de grande urgência a ser tratado. O desenvolvimento do turismo na ilha, que gerou a proliferação de pousadas, bares e demais comércios, ligados a esta atividade, fez com que o lixo inorgânico, formado em sua grande maioria, produtos industrializados e descartáveis, se torna um grande problema quanto a decomposição e absorção pelo meio ambiente. Considerando-se a atual estrutura, o montante de garrafas de água mineral, latas, plásticos e outros materiais não degradáveis são bem superiores à capacidade do território em absorver tal demanda.

Segundo cálculos de Juliana Branco, a produção anual do lixo é bem maior a capacidade do lugar em absorver essa demanda. A turismóloga calcula que, em 2000, tenham sido produzidas na ilha 1.400 toneladas de resíduos. Em junho de 2007, passavam dois tratores por dia para recolher os sacos de lixo que os moradores e comerciantes deixavam em lugares específicos, ao ar livre. No final do ano passado houve uma campanha feita pela Prefeitura para que o lixo orgânico e inorgânico fosse separado nas casas e estabelecimentos comerciais e para que os sacos com o lixo fossem deixados nestes lugares pré-determinados em horários específicos. Uma tabela foi distribuída nas casas com os horários que o trator passaria a cada dia. Essa iniciativa não deu certa. Na maior parte das vezes, o lixo continuava exposto durante quase o dia inteiro, porque nem os moradores mudavam seus hábitos, nem o trator passava na hora combinada. O lixo raramente é separado, em orgânico e inorgânico e havia sacos deixados em vários cantos do povoado, inclusive em frente à Fonte Grande. É comum que cachorros destruam as sacolas espalhando o lixo pela areia. Uma vez recolhido pelos tratores, o lixo é levado para um vazadouro entre a comunidade do Zimbo, na Quarta Praia, e o povoado de Guarapuá (Foto 16). Das carretas dos tratores caem sacos com dejetos na estrada, aumentando a quantidade de moscas, baratas, insetos e roedores.



Foto 16: Manguezais onde se encontra o vazadouro de lixo do povoado
Autor: Patrícia Aguiar – 2005

Devido à falta de ações do poder público local em relação ao tratamento e remoção do lixo e ainda na fiscalização e educação da população e empreendimentos, o recolhimento do mesmo se dá de maneira irregular, existindo épocas que não se recolhe o lixo nos dias estabelecidos resultando, muitas vezes no acúmulo dos mesmos nas vias públicas, conforme pode ser observado nas fotos 17 e 18.



Fotos 17 e 18 - Acúmulo de lixo em Morro de São Paulo.
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2006

A ocorrência de lixo, além de causar a poluição e o risco de contaminação por diversos tipos de enfermidades, diminui substancialmente a beleza cênica do local e desmotiva assim a presença dos turistas (MIDAGLIA, 2001, p.76). Por isso, torna-se preocupante o uso dos lixões, depósitos a céu aberto do lixo do povoado, usualmente depositados em áreas de mangue mais afastadas do povoado, como o “lixão”, área de depósito destes resíduos situada na parte leste da ilha, entre os povoados de Morro de São Paulo e Guarapuá, tendo como principal dano ambiental à contaminação do solo e a poluição das águas pelo chorume, líquido liberado na decomposição do lixo. Barros (2002, p.78), afirma que:

“as mercadorias e serviços para consumo que convergem para as áreas de urbanização turística afetam negativamente o meio ambiente – tais como os manguezais, as dunas, as restingas e falésias, os terraços, as lagoas, os canais de drenagem, as águas subterrâneas, a água oceânica – em virtude da remoções da cobertura vegetal, dos aterros, das retiradas massivas de material sólido e líquido, dos entulhamentos de lixo e descargas de esgotos, independentemente da predominância de hotéis, residências secundárias (veraneios), ou *campings*”.

Por conta disso, verificam-se também questões como proliferação de animais (urubus e ratos), o mau cheiro e perigo da contaminação de doenças à população e demais visitantes. Outra questão relevante trata do ordenamento das construções em Morro de São Paulo. Por consequência de uma fiscalização ineficaz e desestruturada, tem-se a percepção da ausência das aplicações de diretrizes de zoneamento e lei de uso do solo condizente com o local, as construções foram realizadas de maneira aleatória, sem que se pensasse nos efeitos, acarretando no uso incorreto do solo, na perda da ventilação natural e consequentemente no aumento do calor. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA, 2004, p. 86).

Morro de São Paulo também enfrenta muitos problemas devido ao crescimento acelerado do número de construções, de moradores e de turistas no povoado e da falta de saneamento e qualidade da água, insuficientes para atender à grande demanda, principalmente nos períodos de alta temporada. De

acordo com o funcionário da APA de Tinharé, os esgotos não tratados das casas, hotéis, restaurantes e pousadas poluíram as águas da Lagoa, do rio Biquinha e do mar. A poluição das águas, o lixo, e a falta de água encanada e luz, principalmente no verão, estavam expulsando os turistas da ilha. A questão do saneamento vem sendo resolvida gradualmente pela Embasa que já cobre boa parte do povoado com seus serviços. Segundo Almir Souza, funcionário da Embasa, a empresa está em Morro de São Paulo há dez anos e vêm cobrindo as regiões por etapas. Progressivamente a água de todo o povoado está sendo tratada e encanada. Mas o preço dos serviços é elevado para algumas pessoas e nem todos tem condições financeiras para pagar o saneamento e a energia elétrica. O funcionário entrevistado disse que a empresa manda um assistente social para falar com as pessoas nativas e conscientizá-las de que agora eles têm que pagar a água que consomem.

Outra questão trata da intensa urbanização resultante da construção de casas e empreendimentos de alvenaria à beira-mar. Este é um problema relevante, observado em costas onde as pessoas desejam construir o mais próximo possível da linha de costa (DOMURAT, 1987, p.239). A construção dessas estruturas em um ambiente caracteristicamente móvel e instável, como a beira do mar, que se altera com o passar do tempo devido aos movimentos das marés e outros fenômenos litorâneos, representam um risco ao ambiente e às propriedades, podendo acelerar o processo de erosão costeira, inviabilizando o uso destas praias (WHITE, 1978, p.96). Ao longo da Primeira, Segunda e Terceira Praias são encontradas pousadas, restaurantes, mercados, lojas de material de construção civil, boates e lojas diversas, em construções a beira mar com até três andares (Foto 19), o que é proibido também por lei federal.

Este processo de ocupação desordenado e inadequado ocasionou a aceleração do processo erosivo, o que, por sua vez, resultou na construção de obras de contenção, conforme assinalado na foto 20. Através do Relatório Consolidado da Costa do Dendê, realizado pelo IDES em 2001, pode se constatar:

“a falta de fiscalização das construções e edificações voltadas ao turismo, que avançam no sentido da primeira à quarta praia do Morro, ação geradora da expulsão dos nativos do povoado, que se deslocam para o interior da ilha criando novos assentamentos” (IDES, 2001, p.23).



Foto 19 – Pousadas a beira mar na Segunda Praia, em Morro de São Paulo.
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007



Foto 20 – Muro de proteção à erosão na Segunda Praia, em Morro de São Paulo.
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007

A Constituição do Estado da Bahia (Capítulo VIII) que proíbe qualquer construção, inclusive muros, numa faixa de 60 m, a partir da linha de preamar máxima, somando-se ainda à legislação federal e a Lei 6766 que trata da conservação ambiental. Muehe (2001, p.64) sugere para a costa brasileira um limite de 50m para orlas urbanizadas e de 200m para orlas não urbanizadas, contados a partir do limite da praia, e um limite de 50m para regiões de falésias sedimentares, contados a partir de sua borda. Em contrapartida, existem trechos ao longo da ilha, onde o ambiente natural ainda se encontra preservado ou apenas parcialmente alterado, como na Quarta praia, em Garapuá e na Praia do Encanto.

Torna-se essencial para os trechos costeiros ainda preservados ou só parcialmente ocupados o estabelecimento de uma zona de proteção para o controle e a restrição de usos, a fim de evitar danos sócio-econômicos e ambientais. Isto é, impõe-se a definição de uma linha de recuo, que crie uma faixa de terreno que funcione como considera Lizárraga-Arcineiga *et al.* (2001, p.99), como “um pára-choque, permitindo assim à praia retroceder sem representar uma ameaça a infra-estruturas e permitindo, ao mesmo tempo, uma área de praia para recreação”.

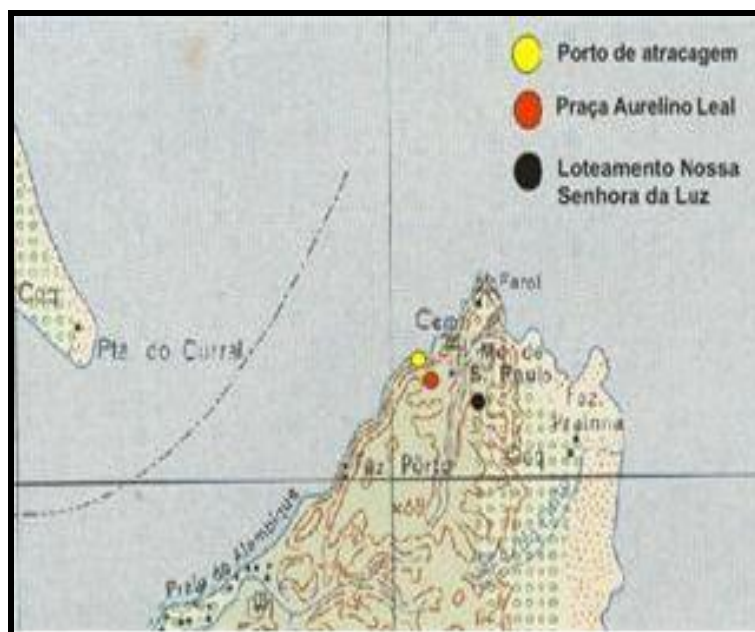
Estes locais necessitam de ações preventivas e de um planejamento visando o desenvolvimento futuro, para se evitar danos semelhantes ao ocorridos nos distritos e nas praias de Morro de São Paulo. Pela ausência de um critério linear eficaz em relação ao crescimento e desenvolvimento local, diversas construções dentro do povoado foram realizadas sem se pensar nas condições naturais e estruturais, como os corredores de ventilação, esgotamento sanitário, proximidade das construções a beira-mar e, ainda, o recolhimento e tratamento do lixo. Todas essas questões devem constar de um planejamento com o intento do uso turístico e da evolução na qualidade de vida dentro de um território. Ante ao poder econômico e aos empreendimentos erguidos, agora se faz tardio a possibilidade deste planejamento. O que resta, no intuito de minimizar os impactos enumerados acima, é de tentar estabelecer novos padrões para as construções, via regulamentação e negativas de alvarás de construção, até que se obedeça a critérios que busquem as adequações necessárias para o respeito ao meio ambiente.

Outra variante dos impactos do turismo sobre o território do arquipélago de Tinharé trata da formação de loteamentos irregulares, advindo das distorções sociais influenciadas pela atividade turística, fenômeno presente em muitos destinos turísticos no território brasileiro. Ante ao crescimento econômico e o aumento da oferta de empregos na ilha, tem-se uma demanda por habitações para abrigar um contingente, geralmente significativo, de pessoas que chegam ao local à procura de emprego e renda. Falhas nos processos de planejamento do território e sua expansão levaram à formação do loteamento irregular Nossa Senhora da Luz, também conhecido como o “Buraco do Cachorro”, que se configura atualmente num grande problema a ser enfrentado pela sociedade e também pelo poder público. Ao negligenciar tal fenômeno social, a sociedade local está, a cada tempo, aumentando a escala dos problemas encontrados no loteamento, que vão desde a falta de emprego e renda até o aporte de infraestrutura como saneamento básico, iluminação pública, escolas, postos policiais, projetos sociais de recuperação e integração na sociedade, dentre outros. Nessa segunda parte da dissertação iremos analisar esse fenômeno detalhadamente.

2. O estudo de caso do loteamento Bairro Nossa Senhora da Luz ou “Buraco do Cachorro”

2.1 – Apresentação do loteamento e sua relação com os demais territórios de Morro de São Paulo

Mapa 3: Recorte sobre a extremidade norte do Arquipélago de Tinharé



Fonte: O autor – Mapa base do IBGE, 2006.

2.1.1) Localização, contextualização histórica e caracterização do loteamento

O estudo do loteamento irregular do Buraco do Cachorro se torna pertinente em função da importância e destaque que possui, por situar-se dentro de um território com forte dinâmica para a atividade turística, matriz geradora de emprego e renda para a região e o Estado da Bahia. De acordo com o IBGE, se compreende como povoado, um território situado em aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas no próprio aglomerado ou fora dele. Caracteriza-se pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atendimento aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas (IBGE, 2006. p.4). Essa análise tem como objetivo avaliar os impactos sócio-ambientais gerados pelo turismo no povoado de Morro de São Paulo e dentro

deste, no território em questão, buscando compreender os processos que originaram e consolidaram o Loteamento Nossa Senhora da Luz ou, como é popularmente denominado “Buraco do Cachorro”.

Iremos discorrer sobre a atual gestão do território na formação da segregação sócio-espacial no Arquipélago de Tinharé, em um processo que vem se reproduzindo também em outros territórios turísticos da Costa do Dendê. Para tal, embora se considere a produção de segregação como uma estratégia de diferenciação espacial dos grupos sociais, no caso em estudo, o uso da propriedade da terra, que se transformou depois da expansão e consolidação da atividade turística, com destaque à parca e ineficiente atuação do poder público na estruturação do espaço em questão.

De forma específica, a análise procura articular os contextos socioeconômicos, a estrutura produtiva, o mercado de trabalho e os movimentos populacionais. Tal desenvolvimento desordenado, teria como resultado uma estrutura social caracterizada, entre outros traços, por diferenciados padrões de segregação sócio-espacial. O Loteamento Nossa Senhora da Luz ou o “Buraco do Cachorro”, aqui entendido como um conjunto de imóveis precários, carentes de infra-estrutura básica como rede de esgoto, calçamento de ruas, iluminação pública, praça pública, dentre outros, que apesar de se encontrar num processo de ampliação territorial e populacional, não recebe investimentos que permita seu desenvolvimento e assim a melhoria na qualidade de vida de seus habitantes.

De acordo com Abranches (1987, p.45), o tratamento da questão das necessidades sociais e básicas da população numa economia alicerçada pela política liberal, depende do acesso aos meios para satisfação dessas necessidades. Nas sociedades de mercado, é conferido em primeiro lugar pela renda e esta, para a grande maioria da população, advém do trabalho assalariado e depende, no mínimo, da existência de oportunidades de emprego com remuneração suficiente para contemplá-las. Valier e Salama (2006, p.104) apontam caminhos diferentes do pensamento liberal na melhoria das condições de vida dos pobres, de forma independente, mas constitutiva de um crescimento econômico através de uma redistribuição de renda por via fiscal/tributária, por transferência de renda e subsídios para os gêneros de primeira necessidade. Para isso o papel ético do Estado é fundamental no sentido de evitar as reações

dos detentores de capitais e dos detentores das mais altas rendas, no sentido de pelo menos, minimizar a dimensão do problema da pobreza, que tem sua maior concentração nos países subdesenvolvidos. Neste sentido, o loteamento Nossa Senhora da Luz se configura num exemplo bem claro das idéias acima, ao se constatar todas as carências existentes dentro do território e suas ramificações na análise dos aspectos sócio-econômicos locais.

Analisando o histórico da mobilidade territorial e das regras do mercado imobiliário, percebe-se o processo de valorização da terra pelo crescimento de seu valor econômico ante a um potencial uso, no caso do Arquipélago de Tinharé, para a atividade turística, que acaba por expulsar as populações nativas de seu território, que sem conhecimento e visão de mercado se rendem ao poder do capital e vendem suas propriedades, passando a ocupar as áreas mais afastadas do núcleo turístico, onde existem os terrenos menos privilegiados. No povoado de Morro de São Paulo isto se dá numa área fora dos atrativos turísticos, mais precisamente no loteamento do “Buraco do Cachorro”, localizado na parte central da ilha.

Não existem registros documentais sobre a origem de tal denominação para o loteamento. De acordo com o relato da secretária de turismo e cultura do município de Cairu, Sra. Lena Wagner, esse foi dado por causa das características geográficas do local. De acordo com ela, por se localizar em uma área de terreno acidentado, onde se forma uma grande concavidade em seu meio, tem-se a impressão de estar em um grande buraco. Ainda, segundo a diretora de turismo e cultura, antigamente os moradores da ilha enterravam os cachorros que morriam nesse local, dando origem assim ao nome Buraco do Cachorro. Outro relato, dessa vez de seu “Ponciano”, presidente da Associação dos Artesãos de Morro de São Paulo, afirma que há muitos anos atrás era comum a prática de caça a pequenos animais da ilha. Essas caças eram realizadas com o auxílio de cães para encontrar as presas e, quando esses se deparavam com elas, as encurralavam até chegar dentro do buraco, onde os caçadores podiam aprisioná-las.

É necessário se compreender os aspectos históricos, sociais e econômicos que levaram a formação do loteamento irregular Nossa Senhora da Luz, ou Buraco do Cachorro. Com a explosão imobiliária advinda do turismo, muitos

nativos encantaram-se com os valores oferecidos por suas casas e mudaram suas vidas, na maioria das vezes sem pensar nas conseqüências. Algumas famílias nativas foram morar em Valença, outras em Salvador, a maioria dos que permaneceram venderam as casas no povoado e praias, subindo para o Morro da Mangaba, para o Zimbo e para o Loteamento Nossa Senhora da Luz, como foi o caso de Zé Maria, um morador do Loteamento do Buraco do Cachorro que vendeu sua propriedade na terceira praia e passou a residir no Loteamento. Essas mudanças tornavam-se definitivas, uma vez que o nativo vendia o terreno em que morava, não conseguiria mais voltar. Ao redor da praça e na rua principal, foram construídos comércios e novas residências, onde passaram a morar e trabalhar muitas pessoas estrangeiras ao povoado. Essas novas construções foram realizadas sem que houvesse nenhum tipo de planejamento urbanístico por casas e pousadas da forma como queriam. Segundo informações de seu Ponciano, iniciou-se um processo de grilagem de terrenos em Morro de São Paulo, que naquele momento começava a vivenciar um crescimento acelerado, desorganizado e impactante. Lugares de uso comum foram cercados, passagens públicas foram bloqueadas e se desmatou áreas para construção de residências e utilização da madeira.

O material utilizado para a construção das novas casas em terrenos desprovidos de infra-estrutura básica, na maior parte das vezes, era recolhido na própria ilha. Pedras eram retiradas do mar e muita madeira foi cortada para servir de alicerce e acabamento de residências. Por isso, muitos espaços de mata nativa foram depredados em pouco tempo. O impacto ambiental também foi significativo e logo pode ser percebido. Uma pequena ilha, a Ilha da Saudade, por exemplo, passou a fazer parte do continente. Hoje ela marca o fim da segunda praia e início da terceira. De acordo com funcionários da APA de Tinharé isso ocorreu devido ao uso inadequado e da retirada de pedras entre a segunda praia e a ilha. Com o passar do tempo, além do povoado e das praias, outros espaços foram sendo ocupados.



Fotos 21: Rua de acesso ao loteamento Nossa Senhora da Luz ou “Buraco do Cachorro”
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007

Durante meados da década de 1990, época da consolidação da atividade turística em Morro de São Paulo, o território do “Buraco do Cachorro”, ainda sem valor imobiliário relevante, começou a ser invadido e por isso, temendo perder a posse e uso do terreno, a família Magno, detentora do espaço, loteou e vendeu o espaço a preços acessíveis à população de baixa renda, pois o mesmo começava a ser invadido por famílias que não dispunham de terras ou capital para erguerem suas residências. Relatos dos moradores mais antigos, como Dona Sônia, afirmam que o loteamento também teve uso político, com a aprovação pela prefeitura de Cairu da comercialização do espaço, onde seus novos moradores seriam incentivados a tirar o título de eleitor para votarem nas eleições municipais e assim aumentarem os números do reduto eleitoral, que era reduzido, devido a quantidade de pessoas vindas de outros locais e que não transferem seus títulos eleitorais. Inicialmente, o loteamento contava com 75 lotes de 100 metros quadrados. Devido à falta de planejamento e fiscalização pelo município de Cairu e a uma demanda cada vez mais crescente, foram se dando outros sub-fraçionamentos destes lotes originais, somados também à expansão, principalmente pelo lado esquerdo do loteamento, do espaço autorizado ao uso residencial. Em poucos anos, o território multiplicou-se de maneira incontrolável,

sem o aporte de quase nenhuma infra-estrutura, chegando hoje a existir áreas de 25 metros quadrados à venda.

A pesquisa de campo nos possibilitou um levantamento sobre a origem e formação do loteamento, através de entrevistas aos moradores mais antigos, funcionários da administração da ilha e ainda um levantamento dos dados documentais existentes, onde se percebe que a ocupação desse território se dá, em grande maioria, por um contingente de pessoas desempregadas, vindas das cidades ao entorno do arquipélago, como Valença, Ituberá, Camamu e Cairu, na busca de alguma ocupação que lhes dessem renda, sendo Morro de São Paulo um lugar muito procurado para se buscar uma chance de emprego. Porém, a demanda de oportunidades de trabalhos, se mostrava, como ainda hoje, inferior à oferta de mão-de-obra, em decorrência da sazonalidade, que apesar de ser menor que nas demais regiões turísticas da Costa do Dendê, ainda se caracteriza por períodos de visitação com a diminuição nos números de turistas, ante aos demais meses do ano, diminuindo-se assim a necessidade de mão-de-obra para esses meses. Soma-se a isso a baixa formação escolar dos residentes do loteamento, onde a grande maioria não possui sequer o ensino básico e estão por isto, desqualificados para uma parte das oportunidades de trabalho no turismo.

O acesso ao loteamento é esburacado, acidentado e com a presença de lixo. Neste caminho notam-se alguns canos da Embasa, descobertos, por causa das erosões decorrentes da falta de pavimentação e captação das águas da chuva, da aclividade do local e ainda pelo uso inadequado ao local, que não poderia ser utilizado para construções residenciais. Segundo Dona Sônia, é comum algum destes canos de esgoto estourar nos períodos de chuva intensa. O Buraco do Cachorro é percebido como uma favela pelos visitantes e moradores de outro local, como Mário, proprietário de uma pousada em Morro. Essa impressão, segundo ele, se dá pela pobreza das habitações, pela quantidade de esgoto, pela carência de infra-estrutura e ainda pela aclividade do território, geografia comum nas favelas brasileiras (Fotos 22 e 23).



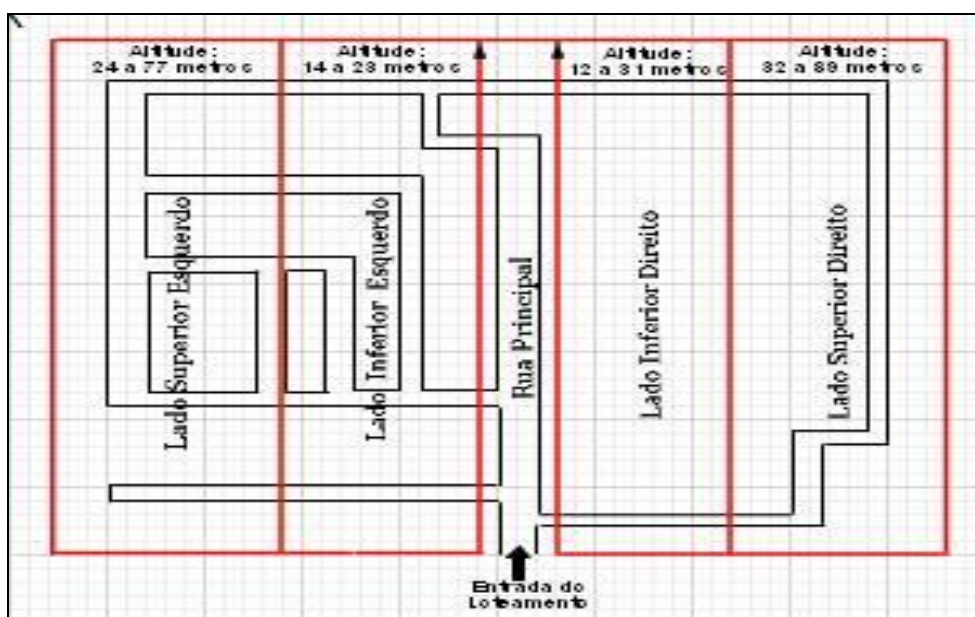
Foto 22: Rua principal do loteamento Nossa Senhora da Luz
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007



Foto 23: Lado direito (inferior e superior) à rua principal do loteamento
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007

Neste estudo de caso, iremos dividir o Loteamento Nossa Senhora da Luz em três partes físicas. A rua principal e dela, seu lado esquerdo e direito (Croqui 1). Esses dois lados possuem ainda uma subdivisão física, devido a sua acividade, em parte inferior, ao nível do mar e parte superior, com suas construções nos morros laterais à rua principal. A rua principal tem seu início na

entrada do loteamento e seu término no fim da parte inferior do bairro, na entrada do “escadão” de acesso à parte superior central do loteamento.



Croqui 1: Distribuição espacial do Loteamento Nossa Senhora da Luz
Autor: Ernesto Pablo da Mata Machado - Agosto de 2007

De acordo com seu Almir, funcionário da Embasa em Morro de São Paulo, o “Buraco do Cachorro” possui rede de saneamento básico em sua rua principal e em seu lado direito inferior, ficando boa parte da área superior e o lado esquerdo, superior e inferior, sem este serviço. Através de relatos de seus moradores, como George e Imério, residentes do loteamento que trabalham carregando malas de turistas em carrinhos de mão, a estrutura que existe ainda encontra sérias dificuldades em relação à manutenção, devido à localização e a ineficiência do município em atender as reivindicações de conserto e ampliação das redes. O fornecimento da água encanada (Foto 24) é extremamente complicado na parte superior do loteamento. Devido ao grande aclave, a pressão da água muitas vezes não é suficiente para abastecer esta parte do loteamento, necessitando de melhores equipamentos e investimentos para levar a água em todos os locais do bairro. Ainda segundo George, nos meses de verão, devido ao aumento da demanda pela quantidade de turistas no povoado, a falta de água aumenta consideravelmente, tendo os moradores que estocar suas reservas em tanques para sobreviverem. A iluminação pública atende à rua principal e à margem esquerda, superior e inferior do loteamento. A maioria dos postes se encontra

inutilizada, devido às lâmpadas que se queimam e não são trocadas. De acordo com um funcionário da Coelba, a distribuição de energia elétrica é oferecida a todas as partes do loteamento (Foto 25), com relógios digitais de medição de consumo.



Foto 24: Marcadores de consumo de água das residências do loteamento
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007



Foto 25: Marcadores de consumo elétrico das residências do loteamento
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007

A comunidade Nossa Senhora da Luz, situa-se em uma área com riscos de deslizamentos, devido à topografia acidentada do local, motivo pelo qual não se configura como um terreno ideal para uso turístico, relegado assim ao uso da população de baixa renda. De acordo com relato dos moradores mais antigos, como seu Emmanuel e também da secretária de turismo e cultura do município, Leda Wagner, as construções do loteamento são feitas, inicialmente, com as paredes em compensado de madeira, o teto de zinco e/ou lona plástica, passando depois, com a efetivação do trabalho e algum acúmulo na renda do morador que permita melhorias em suas instalações, a casas de alvenaria e depois com telhados de cerâmica.

Um aspecto a ser analisado neste local trata da diferenciação nos extratos sociais existentes dentro do bairro. No mesmo território, existem construções que já se encontram em níveis mais estruturados, com paredes de alvenaria rebocadas de cimento e algumas até pintadas, essas com telhados em amianto e outras com telhas coloniais, além de pisos em cerâmica, situadas geralmente na entrada do bairro, contrastando com outras bem mais simples, de compensado e lona e até mesmo de pau a pique (Fotos 26 e 27). Outro dado que confirma tal análise, de acordo com as entrevistas realizadas com os moradores do loteamento durante a pesquisa de campo, aponta que os bens de consumo como móveis e eletrodomésticos, possuem diferenciações relevantes dentre as diversas habitações pesquisadas.

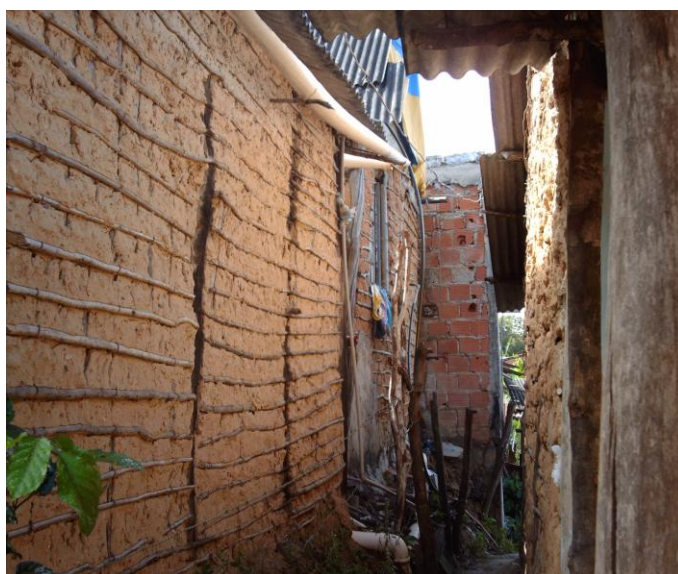


Foto 26: Residências de pau a pique - Loteamento Nossa Senhora da Luz
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007



Foto 27: Casas de compensado e telha de amianto do loteamento
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007

Outro dado relevante trata da questão da propriedade da terra. Através de visita ao cartório de registro de imóveis, em relação ao Buraco do Cachorro, constata-se que as residências não possuem a posse regular do terreno e do imóvel, existindo na maior parte das vezes, apenas o documento de compra e venda dos múltiplos fracionamentos que cada terreno realizou. O processo de sub-locação das casas existentes se dá em grande parte através dos próprios moradores, que conseguiram erguer outra residência, ao lado, na parte inferior ou superior a sua, cujo aluguel vai gerar sua renda extra. Esses proprietários recebem os novos moradores, que chegam para trabalhar com o turismo, vão residir nessas pequenas casas e quando conseguem se estabilizar no emprego e acumular algum montante de capital, compram uma pequena fração de terra e levantam suas casas da maneira que podem, para depois com o tempo, ampliá-la e melhorar a qualidade do material utilizado.

Segundo a secretária de turismo e cultura, no período de alta estação turística, a grande maioria dos moradores do bairro sobrevive realizando trabalhos na construção civil, em vendas ambulantes de alimentos e bebidas, como carregadores de mala, agenciadores para as pousadas e hotéis, faxineiros,

garçons, dentre outros. Na baixa estação, essa compreendida entre os meses de abril a junho e de agosto a outubro, se diminui a quantidade de oportunidades, devido a redução de turistas no local, que reduz também os investimentos dos empresários em seus empreendimentos e o capital que circula na ilha.

2.1.2) A relação da violência

Desde 1996, vem sendo implantado no Sistema de Segurança Pública Estadual, a partir da Polícia Militar, o projeto denominado Polícia Cidadã, que tem como objetivo principal a melhoria da qualidade na prestação do serviço de segurança pública e uma comunicação mais eficaz entre esse poder e a população local. Porém, no povoado de Morro de São Paulo muitas ações ainda precisam ser aperfeiçoadas.

Em entrevistas realizadas com os moradores do povoado, em outubro de 2006 e maio de 2007, 68% do total de pessoas que responderam ao questionário, alegaram que o turismo trouxe aspectos negativos para seu cotidiano, como o aumento do tráfico de drogas, da violência e da prostituição, impactos esses, classicamente ligados à falta de renda e sua justa distribuição, além da ineficiência das ações da Federação, Estado e Município no tocante a elaboração de políticas de segurança pública e geração de emprego e renda neste território. De acordo com dados do Posto Policial Militar do povoado (Fotos 28 e 28), o número de pequenos furtos e assaltos residenciais na ilha, no ano de 1992, foi de 21 ocorrências. Em 2006, este número chegou a 125 ocorrências, não contabilizando ainda um número expressivo de incidentes que não foram registrados na polícia. Moradores relataram em entrevistas que entre a população do loteamento o consumo e o tráfico de “*crack*” vêm aumentando progressivamente a cerca de cinco anos. Esta droga tem desestruturado muitas famílias, deixando inseguras as pessoas que residem no local, principalmente nos meses de inverno, onde os viciados roubam casas e estabelecimentos para sustentarem seu vício.



Foto 28: Posto da Polícia Militar do povoado de Morro de São Paulo
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Agosto de 2007



Foto 29: Posto Policial do povoado de Morro de São Paulo
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Agosto de 2007

Além do tráfico de drogas, assaltos a turistas e residências, principalmente nos meses de inverno, costumam ser comuns. De acordo com relatos de alguns moradores, como o guia turístico Daniel, estupros e assassinatos também acontecem na ilha. Esses fatos, porém não são divulgados. Segundo depoimento do Sargento Miranda, de plantão no posto policial do povoado, na ocasião,

geralmente as pessoas que praticam esses crimes habitam o Buraco do Cachorro, muitas vezes em sua parte superior, onde o acesso é mais complicado.

Existe um silêncio quanto a divulgação da violência entre os habitantes, principalmente por parte dos empresários, para que não se afaste os turistas do local. Além disso, não há como fazer ocorrência policial no povoado. Os visitantes que sofrem as agressões de criminosos, principalmente furtos, costumam deixar a ilha sem procurar auxílio da polícia, pois em Valença não se atende às ocorrências de Morro de São Paulo, uma vez que o povoado faz parte de outro município, devendo o turista então se dirigir à cidade Cairu para fazer o boletim de ocorrência. Assim, a maioria das vítimas desiste de registrar a ocorrência, visto que a sede do município está localizada em outra ilha, onde o acesso é difícil e geralmente fora de sua rota. O mesmo acontece em relação à Polícia Civil, instalada num posto de atendimento no povoado, com recursos limitados em relação a seus funcionários e a sua autonomia. Ainda de acordo com a Polícia Militar, existe dentro do loteamento um número significativo de agressões físicas contra mulheres, proporcionado, principalmente pelo alcoolismo, comum no Buraco do Cachorro.

2.1.3) A questão da saúde

A questão da saúde é um problema diagnosticado no loteamento e geral a todo o arquipélago. O único posto de saúde do povoado (Foto 30), não possui equipamentos para atender aos moradores, como aparelho de Raio X ou reanimadores para paradas cardíacas. Os remédios também são insuficientes no que se trata da variedade e quantidade de medicamentos para atender à população. De acordo com a Secretaria de Saúde do Município, através de um funcionário que não quis se identificar, é impossível dispor de uma farmácia com todos os produtos à disposição da população da ilha devido à burocracia e à carência de recursos do município (Foto 31). Através de vista ao posto de saúde, verificamos que os remédios disponíveis à população são os anti-inflamatórios, anti-térmicos, anti-sépticos, soros de hidratação e reguladores de pressão arterial. Os demais medicamentos têm de ser comprados em farmácias ou na sede do município, a cidade de Cairu.

Existe uma lancha adaptada com leitos e material de primeiros socorros, que presta os primeiros cuidados em casos de urgência e encaminha para o município de Valença, onde o paciente será atendido. Essas denominadas “Ambulancha” não possuem aparelhos reanimadores de paradas cardíacas e demais equipamentos necessários a uma UTI Móvel.

Durante a pesquisa de campo, escutamos com frequência a queixas de moradores do Loteamento Nossa Senhora da Luz, como relatou os moradores Imério e seu Ponciano, a respeito do atendimento médico do posto. Eles afirmam que além das carências conhecidas e vivenciadas por toda a comunidade do arquipélago, existe ainda o preconceito em relação ao fato de serem residentes do loteamento. De acordo com esses, os funcionários do posto tem “má vontade” e dificultam o fornecimento dos medicamentos. Argumentado sobre essa questão, a enfermeira Elizabeth, a recepcionista do posto Jandira e ainda a médica de plantão Dra. Paula, afirmaram não existir uma diferenciação no tratamento entre a população da ilha e que essas queixas são pontuais e se estendem aos demais habitantes. Ainda durante a entrevista, a médica plantonista, contratada da Prefeitura de Cairu e que se reveza com mais dois médicos para atender aos moradores do povoado, afirmou que houve melhorias substanciais na estrutura física do posto, mas que existem ainda falhas no diálogo com a Secretaria de Saúde do município, no tocante ao abastecimento de remédios, na aquisição de equipamentos médicos e ainda na prioritária instalação de um laboratório para análises clínicas, e que essa, tratava-se de uma questão de ordem política. As doenças mais frequentes advindas dos moradores do Buraco do Cachorro, segundo Dra. Paula, tratam das infecções intestinais e de pele, ambas advindas da falta de higiene e do contato com esgoto e verminoses. Existem ainda atendimentos ligados a agressões físicas, comum devido às brigas dentro do loteamento e também de pequenos acidentes domésticos, como queimaduras, entorses e lesões.



Foto 30: Entrada do posto de saúde do povoado de Morro de São Paulo
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Agosto de 2007



Foto 31: Farmácia do posto de saúde do povoado de Morro de São Paulo
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Agosto de 2007

2.2) Nível de estrutura, densidade e demanda das habitações

As habitações existentes no Buraco do Cachorro se encontram em níveis diferentes de construção, o que nos leva a compreender que o loteamento passa por transformações em sua estrutura física. Isso se deve tanto ao fato da realidade do crescimento demográfico pela chegada de novos moradores, quanto pela evolução natural do loteamento, onde seus moradores já conseguem economizar capital para investir em suas residências. Não foi possível mapear dentro do loteamento áreas específicas em construção e outras já finalizadas. Em todo o território, de maneira homogênea, existem casas sendo erguidas, ao lado de outras já construídas e outras ainda sendo reformadas. O que se pode perceber é a tendência em se construir um segundo pavimento nas residências já prontas, que geralmente serão utilizadas pelos proprietários para serem alugadas a novos moradores.

Quanto à estrutura do bairro, percebe-se a divisão territorial e geográfica do loteamento Nossa Senhora da Luz em dois segmentos: o inferior e o superior, ambos à margem esquerda e direita da rua principal. A parte inferior se encontra num nível plano e é dotado de maior infra-estrutura, como saneamento básico, alguns postes de iluminação e uma coleta de lixo realizada de maneira mais regular, segundo alguns comerciantes do local. A parte superior do loteamento possui maiores carências em sua estrutura e seu desenvolvimento é notoriamente mais lento e problemático. Devido a forte atividade, que aumenta ainda mais as dificuldades para instalação e manutenção dos equipamentos de infra-estrutura, seus moradores sofrem com a falta de água, de iluminação, com as erosões e ainda com o acúmulo de lixo. Por consequência, isso se reflete na diferenciação nos preços dos terrenos, no aluguel dos imóveis e também na divisão sócio-econômica dentro do bairro, conforme nos explica Seu Mequinha, morador do loteamento e dono de um pequeno mercado na rua principal. Segundo ele, quem tem mais condições financeiras, habita a parte inferior. Através das entrevistas realizadas no loteamento, constata-se que os residentes mais antigos, conseguem economizar capital, realizando melhorias em suas residências que, geralmente, se iniciam com uma estrutura mais simples, com paredes de madeira e telhado de amianto, e, ao longo do tempo, conforme evolução sua renda, vão

sendo substituídas por materiais mais resistentes e duráveis, como paredes de alvenaria com reboco, telhados e pisos de cerâmica e cobertura de laje.

Percebe-se, dentro do loteamento, de forma homogênea a todos os espaços, um grande número de construções sendo erguidas, aproximadamente cinquenta casas, configurando-se num território em franca expansão de crescimento. Segundo a secretária de turismo e cultura, Lena Wagner, até o início desta década, os terrenos, em geral, ocupavam uma área de 70 a 100 metros quadrados, com alguma variação entre a maior e menor área dos terrenos. Atualmente, pode-se constatar no local, que muitos terrenos foram sub-fractionados para venda e o capital proveniente desta, em grande parte é investido na melhoria das habitações desses primeiros proprietários.

Mais da metade das construções do loteamento, 51% do total, tem estruturas de alvenaria e telhado de amianto (Foto 32), configurando um segundo estágio na construção, que geralmente se inicia com paredes de compensado de madeira. Deste conjunto de residências, cerca de 12% possuem reboco de parede ou são pintadas, sendo a grande maioria, de blocos de tijolos à vista, devido ao alto preço do cimento e da tinta dentro do arquipélago. O segundo tipo mais ocorrente de residências no local são casas de madeira com telhado de amianto, com 20% do total das casas, existindo ainda uma subdivisão destas em paredes de madeira, cerca de 30% e as demais, cerca de 70%, em compensado de madeira, material este menos resistente e mais barato. Residências com estrutura de madeira ou alvenaria, porém, alternadas com o uso de lonas plásticas em partes da casa, como telhados, áreas de serviço, laterais e outros espaços, foram o restante das habitações, com 19% das casas. (Fotos 33 e 34). Completando os tipos residenciais do loteamento, temos, com 7% do total, casas com estrutura de alvenaria e telhado de cerâmica, marcando o estágio mais avançado na qualidade das construções.



Fotos 32: Casa de alvenaria com telhado de amianto
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007



Fotos 33: Residência com uso de lonas plásticas
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007



Fotos 34: Residência com uso de lonas plásticas
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007

De acordo com relato de um funcionário do depósito de material de construção existente dentro do loteamento que não pediu para não ser identificado, a aquisição de material para construção das residências é geralmente realizada dentro da ilha. A maioria dos materiais utilizados nas construções possui preços maiores dentro do povoado do que em outras localidades ao entorno do arquipélago, como Valença e Nazaré das Farinhas. O argumento estaria no custo do transporte da mercadoria. De acordo com a pesquisa de preço realizada, um saco de cimento, que em Valença custava entre R\$ 16,00 e R\$ 19,00, em Morro de São Paulo girava em torno de R\$ 22,00. Segue essa mesma variação o tijolo, a areia, as cerâmicas de piso e de telhado. Porém, ao comprar o material em outras cidades, esses moradores têm que arcar com os custos do transporte, o que torna mais caro essa aquisição e por isso, na maioria das vezes, adquirem a mercadoria na ilha. Dentro do povoado existem três lojas de venda de material de construção. Uma no povoado, outra na segunda praia e ainda uma na entrada do loteamento. Todas elas possuem barco próprio para transporte dos materiais, que geralmente vêm de Salvador e Valença. Segundo esse mesmo funcionário do depósito de material de construção pesquisado, a variação entre os preços e a qualidade dos materiais dentro da ilha é bem reduzida, devido à demanda por preços baixos e também pelo custo do

transporte, que inviabiliza a formação de grandes estoques e variedade de materiais. Através de levantamentos realizados com proprietários que estavam construindo ou reformando suas residências, como Seu Pedro, no loteamento, o custo médio para a construção de uma casa com materiais bem simples, de alvenaria, dois quartos, sala, cozinha e banheiro, gira entre R\$ 10.000,00 e R\$ 25.000,00. O transporte deste material do depósito de construção até o local, também encarece a obra, pois esse se dá em burros de carga, em carinhos de mão, os mesmos empregados para o transporte de malas dos turistas, e, dependendo da quantidade ou tipo do material, em tratores. O frete de um burro para transportar o material até o buraco do cachorro gira em torno de R\$ 10,00 a viagem, o mesmo preço dos carrinhos de mão (Fotos 35 e 36). O trator geralmente transporta tijolos, telhas e cerâmicas e a depender do volume da compra, a loja disponibiliza a entrega sem custo, que, segundo o funcionário entrevistado, já estaria embutido no preço desses produtos. Foram relatados que muitos moradores transportam pessoalmente o material, na tentativa de economizar capital, geralmente em carrinhos de mão.



Fotos 35: Transporte de cargas em burros – Buraco do Cachorro
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007



Fotos 36: Transporte de cargas em carrinho de mão – Buraco do Cachorro
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007

Num nível de estrutura acima das mencionadas anteriormente, encontram-se as casas de alvenaria com telhados de cerâmica, geralmente pintadas e com reboco, e essas, que constituem 7% das habitações do loteamento, geralmente de moradores mais antigos e geralmente estão localizadas na rua principal, onde se tem a predominância de estabelecimentos comerciais como pequenos mercados, lojas e bares. (Fotos 37 e 38). O restante das habitações, cerca de 3%, é composta em estrutura de pau-a-pique (Foto 39), utilizando-se o barro seco e vergalhões de bambu ou madeira para a sustentação das paredes e ainda lonas plásticas ou piaçava nas coberturas. Essas são as mais precárias habitações do loteamento e apenas 15% delas possuem rede de esgoto e água potável. Oitenta e um por cento dessas habitações são distribuídas em um ou dois quartos, sala, cozinha, banheiro, além de uma pequena área de serviço. Os pisos dessas residências se dividem em 63% de cimento batido, 28% de cerâmica e 9% em terra prensada. Em 95% delas, a parte externa como varanda e área de serviço se encontram ao natural ou em terra batida.

Através de uma análise dentro do território, mais notoriamente na rua principal e em toda a parte inferior do loteamento, pode-se perceber o fenômeno de verticalização das residências, mais um sinal de diferenciação dos extratos sociais, com base na evolução na renda advinda da atividade turística, conforme

relato dos proprietários que estavam erguendo um segundo andar em suas casas. Essa verticalização se dá ante a uma demanda cada vez maior por moradias no local, gerando uma fonte de renda. Em geral, esses proprietários investem todas suas economias na construção de outros pavimentos com o intuito de alugar e gerar renda extra com a parte térrea da residência (Fotos 40 e 41).



Foto 37 – Estabelecimentos comerciais na entrada do loteamento
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007



Foto 38 – Estabelecimentos comerciais na entrada do loteamento
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007



Foto 39 – Residências de Pau-a-Pique ou Barro
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007



Fotos 40 – Residência em processo de verticalização no loteamento
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio de 2007



Fotos 41 – Residência em processo de verticalização no loteamento
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio de 2007

Habitações com quatro moradores, geralmente pais e dois filhos, formam a maioria das famílias do loteamento, (Anexo VII). Mas pode-se observar que essa distribuição é homogênea e a variação de um até seis moradores, decresce em poucos pontos percentuais na pesquisa. Constata-se, através das entrevistas com os residentes do bairro, que dentro do loteamento existe uma percepção de que o número de filhos pode alterar substancialmente as possibilidades de evolução social e econômica da família.

Quanto ao mercado imobiliário dentro do loteamento, este se caracteriza pela informalidade e relação direta entre proprietários e possíveis compradores ou inquilinos. No Buraco do Cachorro existem casas, quitinetes e quartos para serem alugados. De acordo com nossa pesquisa, essas ofertas de aluguel partem quase sempre da mesma ação. Os proprietários realizam benfeitorias nos imóveis, como pintura, reboco e instalação de pisos e depois erguem um segundo pavimento, dividindo-as e construindo entradas independentes. Em geral, se mudam para o andar de cima, alugando o primeiro, como outra residência, passando a contar assim, com uma fonte extra de renda. Algumas habitações tiveram seu primeiro pavimento dividido em duas e até mesmo três quitinetes, que são alugadas num sistema informal, sem a existência de contratos ou imobiliárias intermediando essa relação. Os preços de aluguel residencial dentro do loteamento possuem

variações de acordo com sua localização e estrutura. Através de pesquisa, constata-se que uma quitinete na parte de baixo do loteamento varia entre R\$ 120,00 a R\$ 180,00. Uma residência completa, geralmente de 02 quartos, sala, cozinha e banheiro, nesta mesma área custa para aluguel, entre R\$ 250,00 a R\$ 450,00. Já na parte superior do bairro, o aluguel de uma quitinete custa entre R\$ 70,00 a R\$ 110,00 e de residências entre R\$ 150,00 a R\$ 250,00. Os aluguéis dos pontos comerciais, na rua principal do loteamento, variam substancialmente, a depender da época do ano e tempo de duração do aluguel (Fotos 42 e 43). Um exemplo para ilustrarmos essa demanda, trata de um ponto comercial logo na entrada do bairro, de 55 metros quadrados e que está sendo ofertado para aluguel anual, em setembro de 2007, por R\$500,00 ao mês, sendo que nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro tem-se uma sobretaxa mensal de R\$ 200,00 ao custo original do aluguel.

Os preços para a compra de lotes e imóveis variam de acordo com sua localização e estrutura. Um terreno de 50 a 80 metros quadrados, na parte inferior do loteamento, varia entre R\$ 10.000,00 e R\$ 18.000,00. Já uma residência custa entre R\$ 20.000,00 e R\$ 35.000,00, de acordo com levantamentos realizados junto aos moradores. Na parte superior do bairro, um terreno com as mesmas medidas, custa entre R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00 e as residências entre R\$ 8.000,00 e R\$ 15.000,00. Através de um comparativo de ofertas, podemos perceber a elevação dos preços dos lotes dentro do loteamento. Seu Adelino, dono de um pequeno mercado e de uma residência ao lado deste, comprou seu terreno, a seis anos atrás, no final da rua principal do loteamento, pelo preço de R\$ 2.000,00, pagos em quatro prestações de R\$ 500,00. Atualmente um terreno semelhante custa, como citado acima, entre R\$10.000,00 e R\$ 18.000,00 para ofertas à vista.



Foto 42 – Imóvel comercial para aluguel e venda na rua principal do loteamento
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007



Foto 43 – Imóvel comercial para aluguel e venda na rua principal do loteamento
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007

2.2.1) Formação escolar

Através da análise dos dados referentes aos níveis educacionais, pode-se perceber uma evolução nos níveis educacionais entre as gerações nascidas no loteamento e a geração que veio de outros territórios. Analisando o perfil educacional dos chefes de família, realizado através da pesquisa com os

moradores do loteamento, constata-se que 40% do total pesquisado é composto por analfabetos funcionais, ou seja, sabem pouco mais do que ler e escrever o próprio nome, além de realizar contas aritméticas básicas e são pertencentes a localidades aonde a educação não chegava para grande parte da população que vivia fora dos grandes centros urbanos, caso das pessoas provenientes de áreas rurais dos municípios próximos ao arquipélago, como os distritos dos municípios de Valença, Ituberá e Camamu. Ainda segundo a pesquisa, poucos moradores adultos do loteamento freqüentam a escola do povoado. Em contrapartida, seus filhos, nascidos no arquipélago e residentes no loteamento, possuem índices de freqüência escolar bem superior à de seus pais, sendo constatado através de pesquisa que 80% do total de crianças e jovens em idade escolar do loteamento freqüentam a escola do povoado. Isso se deve, em parte, a busca por oportunidades de trabalho na atividade turística no arquipélago, que exige um nível educacional maior. Segundo o censo escolar do MEC, o município detém a melhor classificação quanto à idade de conclusão do ensino médio e fundamental, na Costa do Dendê, ficando inclusive, acima da média do estado (Tabela 2). O turno noturno da escola, que oferece o 1º e 2º graus, é caracterizado por jovens que trabalham durante o dia e estudam a noite. Já o turno matinal destina-se apenas ao ensino fundamental, em sua grande maioria crianças de 07 a 14 anos. Não existem creches no povoado. Além da escola pública, existe ainda outra particular, situada entre a Rua da Fonte e a Praça Aurelino, onde se oferece o ensino do maternal à oitava série. Esses alunos são compostos em sua maioria por filhos de empresários locais, conforme constatado através de relato da Sra. Ângela, professora desta escola.

Tabela 2: Idade média de conclusão do ensino médio e fundamental na Costa do Dendê

Municípios	Idade mediana de alunos concluintes	
	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Cairu	17	18
Camamu	18	21
Ibirapitanga	18	21
Igrapiúna	18	-
Ituberá	17	20
Maraú	18	21
Nilo Peçanha	17	22
Piraf do Norte	17	20
Presidente Tancredo Neves	18	20
Taperoá	17	20
Teolândia	17	20
Valença	17	20
Média Bahia	17	20
Média Brasil	15	18

Fonte: Censo escolar 2001, MEC/INEP.

Na escola da ilha existem oito computadores, sem conectividade à internet e que não suprem à demanda, a qualidade e a regularidade no ensino e uso de mídias digitais como ferramentas de educação. O nível de evasão, apesar de relativamente baixo, ainda é um fator a ser melhorado. A qualificação dos professores também é uma questão problemática, onde o nível de formação dos docentes ainda é baixo, sendo que esses, ainda não recebem treinamentos nem incentivos para evolução de seus conhecimentos e desempenho. Quanto às taxas de aprovação escolar no povoado, essa gira em torno de 82% dos alunos, sendo de 14% o índice de reprovação e 4% de abandono do ano letivo. Esses índices estão acima da média dos demais municípios da Costa do Dendê, que giram em torno de 78% de aprovação, 16% de alunos reprovados e de 6% de abandono de ano letivo (Censo Escolar, MEC, 2001).

Dentro do universo escolar do povoado existe uma diferenciação social de seus alunos. Em depoimentos colhidos com empresários do povoado, entre eles o Sr. Mário, que tem seus dois filhos estudando na escola pública, sinaliza para a existência de uma notória separação no processo de socialização entre filhos de pessoas oriundas de outros territórios²¹ e o restante dos habitantes do povoado.

²¹ Geralmente proprietários de empresas, ligados à atividade turística no povoado e dotados de maior poder aquisitivo.

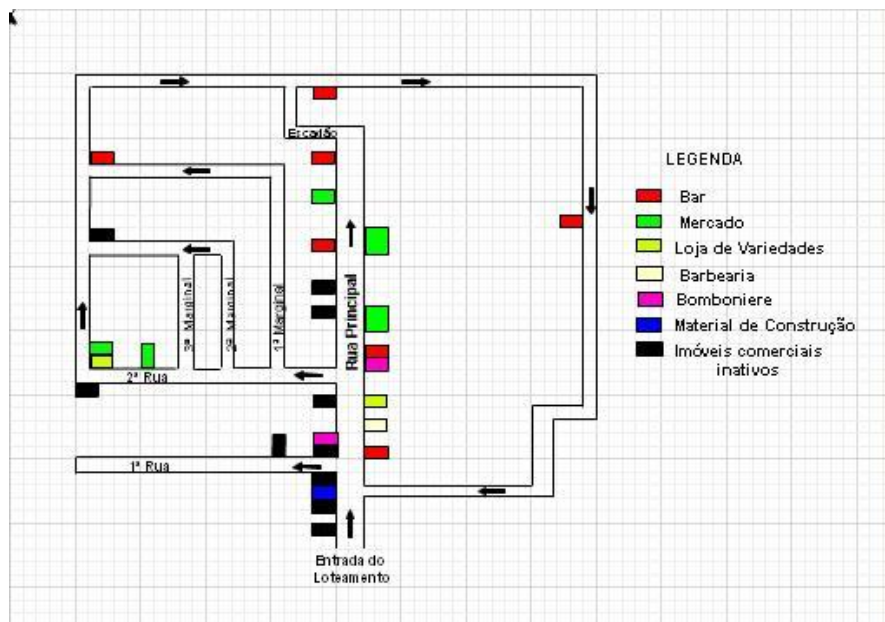
Ainda segundo Sr. Mário, existem conflitos físicos, rivalidades e discussões entre esses grupos, reflexo, segundo ele, da diferenciação cultural e das desigualdades sócio-econômicas dentro do território, impactos esses, ampliados pela expansão da atividade turística dentro do território. Questionado sobre essa questão, Seu Pedro, morador do loteamento que tem uma filha estudando no colégio do povoado, afirma ser verídica essa realidade entre os grupos de alunos e que sua filha também sofre com essa discriminação.

2.2.2) Trabalho e Renda

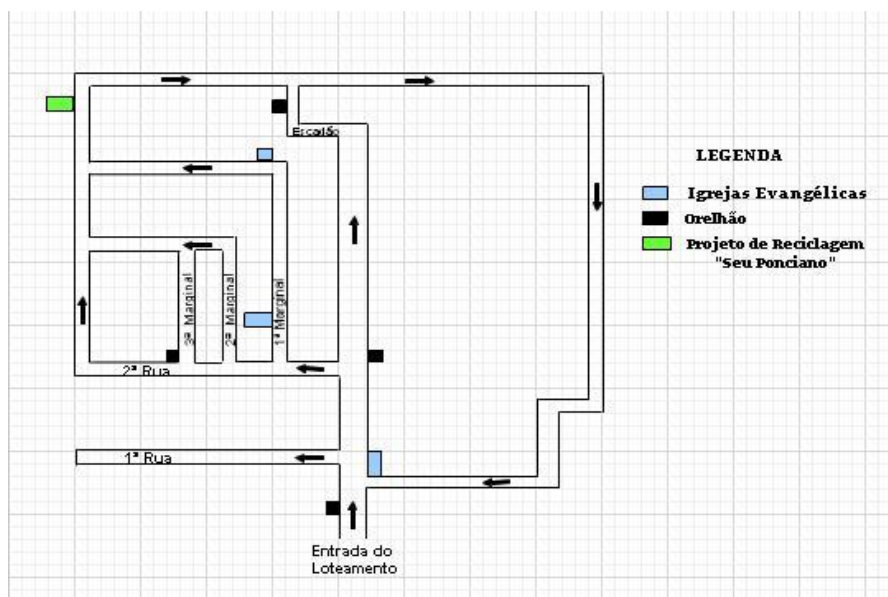
Por se tratar de um território turístico, tem-se em destaque a profissão de guia turístico, onde num total pesquisado, 20% dos residentes do loteamento trabalham recepcionando os visitantes na chegada à ilha, indicando pousadas, passeios, restaurantes, lojas para compras e outros serviços. O turismo também proporciona outras rendas aos moradores do loteamento ao empregar faxineiras, cozinheiras e camareiras em pousadas e hotéis, num total de 18% do universo pesquisado.

Outra atividade que gera demanda de emprego no Buraco do Cachorro, com 20% do total pesquisado, é o setor de comércio (Foto 44). Dentro do loteamento existem cinco pequenos mercados, que vendem produtos alimentícios e bebidas e, ainda alguns materiais de higiene pessoal e produtos de limpeza. Conforme constatado em pesquisa de preço no povoado e confirmado pelo Sr. Mequinha, os preços dos artigos à venda nesses pequenos mercados do loteamento, são mais baratos que os demais locais do povoado, devido ao poder aquisitivo de seus moradores. As maiores demandas desses estabelecimentos são por alimentos como arroz, feijão e farinha, produtos de limpeza como água sanitária e sabão e ainda produtos de higiene, como papel higiênico e pasta dental, além de bebidas e carnes (Fotos 45 e 46). O processo de abastecimento desses mercados é feito, em sua maioria, pelos vendedores da cidade de Valença que vão até o loteamento para anotarem os pedidos. Depois de alguns dias os comerciantes têm que ir à cidade de Valença para buscar seus pedidos, que são transportados de barco até Morro de São Paulo e do porto, levados de carinho de mão até o loteamento. O preço médio do frete de um carrinho de mão cheio de mercadorias, do cais até o bairro é de dez reais.

Existem dentro do Buraco do Cachorro, seis mercados, três igrejas evangélicas, seis bares, uma barbearia, um depósito de material de construção, duas bombonieres e duas lojas de variedades para a casa, conforme detalhado abaixo. O loteamento conta ainda com uma oficina de reciclagem e quatro orelhões telefônicos, porém apenas um estava funcionando no período da pesquisa (Croquis 2 e 3).



Croqui 2: Distribuição comercial no Loteamento Nossa Senhora da Luz
 Autor: Ernesto Pablo da Mata Machado - Agosto de 2007



Croqui 3: Distribuição espacial das igrejas evangélicas, telefones públicos e oficina de reciclagem
 Autor: Ernesto Pablo da Mata Machado - Agosto de 2007



Foto 44 – Mercado dentro do loteamento – Rua principal
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007



Foto 45 – Mercadorias à venda nos pequenos mercados dentro do loteamento
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007



Foto 46 – Mercadorias à venda nos pequenos mercados dentro do loteamento
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007

O setor de construção civil, influenciado pelo desenvolvimento econômico do Arquipélago e pelo aumento das construções dentro do próprio loteamento, se apresenta como um gerador de emprego e renda, tendo 15% dos chefes de família do local trabalhando nessa atividade. Isso sem incluir os trabalhadores temporários e os próprios moradores do loteamento, que muitas vezes erguem suas casas ou participam ativamente de alguma etapa da construção.

O número de desempregados ou de pessoas que vivem de pequenos trabalhos temporários, como vendedores biscates, trabalhadores ligados à atividade turística em empregos temporários e ainda na construção civil como ajudante de obras, é de 4% dos chefes de família, segundo a pesquisa.

Quanto à renda familiar, constou-se através das entrevistas que, atualmente, boa parte do orçamento é dividida entre os ganhos de homens e mulheres, que, através de suas atividades profissionais, contribuem e dividem o sustento do lar. O desenvolvimento da atividade turística dentro do povoado requer a mão-de-obra tanto masculina quanto feminina, em serviços de cozinha, faxinas e recepção nas pousadas, hotéis e restaurantes. Isso pode nos explicar uma inserção maior do sexo feminino no mercado de trabalho.

O resultado de maior ocorrência quanto à renda familiar, com 42% do total pesquisado, é de dois salários mínimos mensais, oriundos, segundo as

entrevistas realizadas, da divisão do trabalho dentro da família. O segundo maior índice de renda familiar é de um salário mínimo, com cerca de 36% do universo pesquisado, esses, divididos em moradores que vivem sozinhos, casais com renda de meio salário mínimo cada um e ainda em domicílios que apenas uma pessoa trabalha.

Em relação aos eletrodomésticos existentes nas residências do loteamento, depois do fogão, presente em 97% das residências, o aparelho de televisão é o bem mais encontrado, existindo em 80% do universo pesquisado, sendo maior do que geladeira, com 58%, ou de aparelhos de som, com 45%. Registra-se, ainda em relação aos eletrodomésticos das residências, que não foi encontrado nenhum computador, o que nos evidencia um déficit desta população quanto a utilização de equipamentos de suporte à educação, entretenimento, cultura e conectividade. Isso nos permite visualizar a diferença sócio-educacional em relação aos demais residentes do povoado.

Quarenta e quatro por cento das famílias pesquisadas ainda precisam desenvolver outras formas de sustento na época de baixa estação, como a pesca, agricultura e até mesmo migrações temporárias para outras localidades da Costa do Dendê, principalmente nos períodos de chuvas, nos meses de junho e julho, onde o fluxo turístico diminui, atingindo um contingente de pessoas que trabalham na atividade. O que lhes resta é economizar os ganhos da alta estação, quando isso se torna possível. Quanto à sazonalidade da renda mensal, fica evidente através dos resultados, que a população do loteamento ainda sofre com a irregularidade de ofertas de trabalho dentro do Arquipélago. Pouco mais da metade dos entrevistados conseguem ter trabalho e renda por todo o ano.

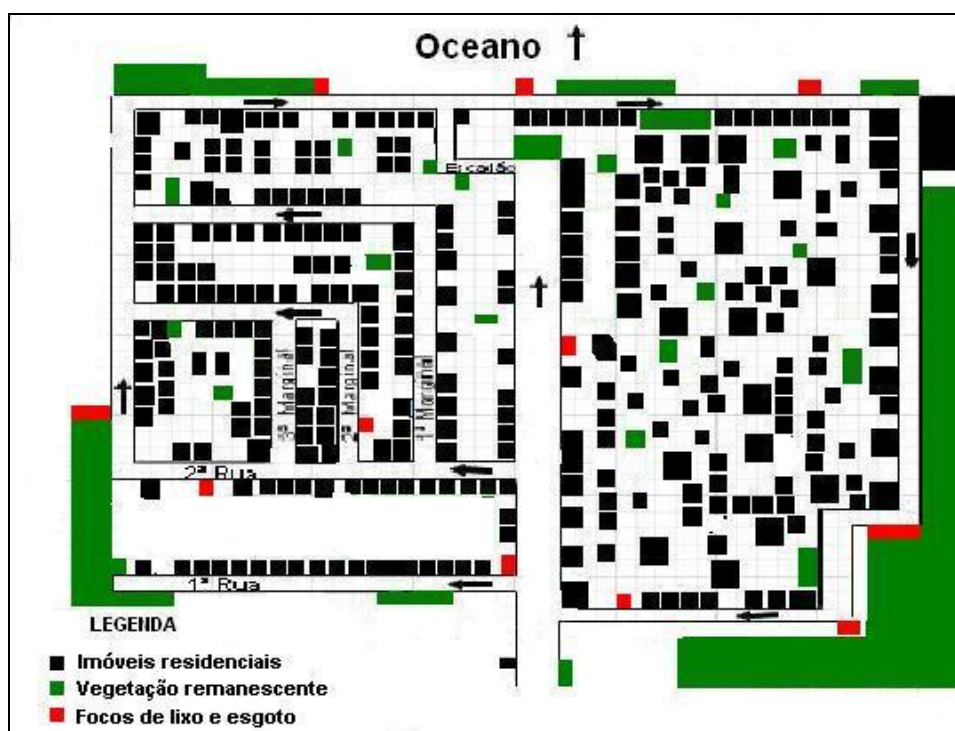
2.3 – Os impactos ambientais no loteamento Nossa Senhora da Luz

Historicamente, o homem, buscando realizar suas necessidades, tem provocado alterações no meio ambiente, ao explorar os recursos naturais e promover a urbanização, criando uma série de problemas ambientais, como a geração de resíduos e a poluição do ar, da água e do solo. De acordo com MOTA (2003, p.28), “a ocupação de um ambiente natural, no processo de urbanização, geralmente ocorre com a remoção da cobertura vegetal original”. Esse desmatamento resulta em vários impactos ambientais, tais como: modificações climáticas, danos à flora e fauna, descobrimento do solo, erosão, empobrecimento e/ou remoção da camada fértil do solo, assoreamento dos recursos hídricos, aumento do escoamento superficial da água, redução da infiltração e inundações.

As pressões por moradia geram implicações para o meio ambiente na medida em que as ocupações irregulares, como o loteamento Nossa Senhora da Luz, se espalham pelos territórios turísticos. Geralmente utiliza-se de áreas que apresentam condições desfavoráveis à instalação de um loteamento, por serem de topografias desfavoráveis, e ainda, inadequadas para tal uso, por exercerem funções relevantes para o meio ambiente como áreas verdes, de proteção de mananciais, de mangues e de uso público, entre outras. Essas implicações se agravam se consideradas as condições em que estes loteamentos populares se instalam, lançando esgoto e lixo doméstico sem os cuidados necessários, contaminando a água e o solo, suprimindo as matas nativas, a fauna, contribuindo para o desaparecimento das drenagens naturais, agravando os processos erosivos, tornando as inundações mais frequentes (SALATI; LEMOS e SALATI, 1999).

De maneira generalizada no estado da Bahia, o problema de gestão dos resíduos sólidos tem se agravado nos últimos anos e Morro de São Paulo não é uma exceção. Com o aumento do turismo na Costa do Dendê, torna-se ainda mais urgente desenvolver ações integradas entre os municípios no que tange essa questão. A proposta do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, entre as prefeituras de Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha e Taperoá, poderia ser implantada e expandida aos demais municípios da Costa (IDES, 2001, p.39).

De acordo com o responsável pela APA de Tinhaé, Sr. Delivaldo Nascimento, os impactos ambientais gerados na área do loteamento dizem respeito principalmente ao desmatamento da vegetação para a construção e ampliação de casas e também ao acúmulo de lixo e esgoto das residências e em seu entorno, que contaminam o solo e comprometem a saúde pública local (Croqui 4). Esse desmatamento se agrava ainda mais numa área onde os terrenos são extremamente irregulares, com aclives acentuados e um solo arenoso, gerando assim processos erosivos, como podemos constatar nas fotos abaixo (Fotos 47 e 48) e que, com a ação da chuva, leva a ocorrência de deslizamentos e acidentes dentro do loteamento. Durante o período em que estivemos no local, presenciamos o corte de árvores para serem utilizadas como alicerces de uma residência que estava sendo ampliada. Através de diversos relatos dos moradores do loteamento, essa situação é descrita como usual e cada vez mais contínua. Além deste uso, segundo Sr. Delivaldo, o desmatamento da mata é utilizado para o consumo de lenha, na preparação de alimentos em domicílios que não possuem fogão a gás²².



Croqui 4: Distribuição espacial da vegetação remanescente, focos de lixo e esgoto e áreas residenciais no Loteamento Nossa Senhora da Luz
 Autor: Ernesto Pablo da Mata Machado - Novembro de 2007

²² 3% das residências pesquisadas.

A administração da ilha não possui qualquer atividade de controle e fiscalização em relação a este desmatamento, ainda que na sede da administração local se afirme que a situação se encontra sob controle, o que é contradito pelos moradores do loteamento como Seu Pedro e Zé Maria.

Quanto a fiscalização em relação ao desmatamento no local, mais uma vez a estrutura local se mostra ineficiente, pois não existe uma ação abrangente de fiscalização e punição para o crime. Em teoria, existem parcerias entre o Ibama e a Prefeitura de Cairu, no intuito de fiscalizar tal desmatamento. Porém, nada disso é constatado no local, ficando evidente, segundo Sr. Delivaldo, que a área desmatada aumenta mais a cada ano e que as ações são parcas e sem respaldo.



Foto 47: Processo erosivo dentro do loteamento Nossa Senhora da Luz
Margem superior direita de descida à rua principal.
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007



Foto 48: Processo erosivo dentro do loteamento Nossa Senhora da Luz
Margem superior esquerda de descida à rua principal.

Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007

Outra questão relevante trata dos aspectos de saúde e higiene dentro do loteamento. Segundo levantamento no local, 51% dos domicílios do bairro não possui saneamento, assim, de acordo com relato da Dra. Paula, médica do povoado, crianças e adultos defecam e urinam em lugares improvisados, como lotes vagos, no fundo de suas residências e em matagais ao entorno do loteamento, o que torna ainda mais problemático o controle das doenças ligadas à falta de saneamento, como diarreias, verminoses, desidratação, infecções de pele, dentre outros, e ainda o expressivo aumento de insetos, vermes, bactérias e outros animais que se alimentam do lixo e do esgoto exposto, produzido por essa população. Ainda segundo Dra. Paula, as crianças são as mais atingidas por esse problema devido a falta de orientação quanto a higiene (Fotos 49 e 50).



Foto 49: Crianças em contato com o esgoto – Rua de acesso ao loteamento
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Maio 2007



Foto 50: Lixo exposto na rua – Parte superior do loteamento
Fonte: Ernesto Pablo Mata Machado – Agosto 2007

3. Conclusões

Mesmo possuidor de dimensões territoriais continentais, o Brasil historicamente apresenta-se como uma nação incapaz de resolver o desafio da habitação popular. Ainda que se constate uma evolução histórica e melhorias substanciais no intuito de absorver a sempre crescente demanda de seu povo pelo direito a viver com um mínimo de infra-estrutura e dignidade, o país enfrenta sérias dificuldades para evoluir e sanear tal desafio. Embora a preocupação governamental com a necessidade de suprir a demanda por moradias já transpareça no final do século 19, quando da assinatura de decretos concedendo as empresas, incentivos relativos à construção de casas para operários e classes pobres, ações mais abrangentes só começam a tomar forma a partir de meados do século passado.

Os loteamentos irregulares expandiram-se, nas últimas décadas, a uma velocidade impressionante e fizeram com que a área física ocupada, fosse muitas vezes superior àquela que seria necessária para atender ao crescimento populacional dentro de um padrão mínimo de conforto. São construídos, muitas vezes, em terras desvalorizadas e rejeitadas pelo mercado imobiliário e se localizam especialmente em áreas de encostas, assim como em terrenos alagadiços e acidentados, margens de cursos d'água, áreas verdes, entre outras. Evidentemente a ocupação desses locais para habitação acarreta vários transtornos aos moradores, comprometendo a sua qualidade de vida, pois os mesmos estão sujeitos a contrair doenças em razão das más condições sanitárias, bem como a problemas como enchentes e deslizamento de encostas, os quais ameaçam a sua integridade física e mesmo a sua vida.

O padrão assumido pelo processo de urbanização, que caracterizou a sociedade atual vem, juntamente com a expansão e o reordenamento do solo, contribuindo para baixa qualidade de vida de parcela significativa da população, criando nesses espaços, formas diferentes de ocupação. Tal fenômeno não é novo no Brasil. Porém, vem apresentando novos contornos no período contemporâneo, no qual os loteamentos irregulares, entre outras habitações populares, aparecem como testemunhas dessa dinâmica excludente, o que pode gerar as mobilizações dentro de um território e abrange uma série de fatores que iriam além da pobreza, como valores culturais (identidade), abandono, perda de

vínculo, dentre outros, envolvendo não apenas a questão financeira e habitacional.

O arquipélago de Tinharé, que atualmente configura-se como o terceiro destino turístico mais visitado do estado, tem recebido um grande contingente de turistas que usufruem de seus atrativos culturais e históricos, além da enorme diversidade ecológica, com ecossistemas de praias, mangues, estuários, restingas e recifes de corais. Devido à expansão da atividade turística neste território, sem a existência de um planejamento eficaz, é possível constatar, através das análises e estudos realizados para esta dissertação, áreas onde o uso e a ocupação dos ambientes naturais são intensos e desordenados, com graves impactos ambientais e sociais, principalmente na Primeira, Segunda e Terceira praia, além do próprio povoado. A alta vulnerabilidade ante a evolução dos empreendimentos turísticos que sobrecarregam o espaço em questão, requer um plano de manejo que não exista apenas no papel, além de uma gestão administrativa voltada à regulamentação e fiscalização da ilha, a fim de evitar danos muitas vezes irreversíveis e que, em longo prazo, inviabilizam a própria atividade turística.

Se fizermos uma análise histórica da evolução deste território, podemos afirmar que turismo promoveu uma reorganização do espaço no povoado e das praias que o circundam. Dentre estas, destacamos a vertiginosa expansão dos empreendimentos ligados à atividade, como hotéis, pousadas, restaurantes, cafés e, ainda, a formação e crescimento de territórios irregulares que não possuem planejamento urbano e infra-estrutura física e social. É o caso do Bairro Nossa Senhora da Luz, ou o “Buraco do Cachorro” um loteamento realizado nesses moldes, cuja demanda por moradias populares gerou o re-fracionamento desses mesmos terrenos, que se multiplicaram sem critérios e ordenamento, levando ao processo de favelização. O município de Cairu, território sede responsável pela administração do arquipélago, não foi capaz de estabelecer uma gestão eficiente para o uso do solo, tão pouco de realizar melhorias em infra-estrutura ao bairro. O crescente aumento das habitações precárias, erguidas dentro das possibilidades econômicas de seus moradores, traz consigo a saturação e sobrecarga dos parques serviços públicos oferecidos dentro da ilha, como educação e saúde e policiamento.

As conseqüências ambientais também se tornaram um grave problema a ser enfrentado. Ressalta-se, dentre outros, o desmatamento para utilização da madeira em construções e como lenha, configurando um sério risco ao equilíbrio ambiental na região, gerando processos de erosão do solo, que se agrava principalmente durante os períodos das chuvas, aumentando o risco de desabamento das construções.

As parcerias entre as iniciativas públicas, privadas, universidades e organizações não governamentais seriam fundamentais no processo de articulação local para a promoção de soluções integradas aos impactos sócio-ambientais no Loteamento Nossa Senhora da Luz e devem ocorrer em diferentes escalas como, por exemplo, entre a prefeitura e associações comunitárias. Toda a área do povoado ainda carece de informações sócio-ambientais mais detalhadas para subsidiar o planejamento de novas ações.

Existem inúmeros conflitos entre os moradores do povoado, nativos e estrangeiros ao local, sendo várias as razões destas divergências. A principal está ligada à saturação de empreendimentos e moradores dentro do povoado. Visto que é um lugar geograficamente reduzido para o convívio de tantas pessoas que tem como única fonte de renda o turismo. A pressão social, principalmente nos meses de inverno, é grande em decorrência da sazonalidade que diminui o número de turistas e conseqüentemente o trabalho e capital dentro do arquipélago. Por conseqüência, acentuam-se questões conflitantes oriundas de uma visão estritamente econômica na apropriação do espaço pela atividade turística, predominante no mundo capitalista globalizado.

Do ponto de vista sócio-econômico, faz-se necessário que o imediatismo predominante na atividade turística do arquipélago, que visa a todo tempo maximizar o fluxo de turistas e os lucros da atividade, seja alternado com ações que realmente considerem a vulnerabilidade econômica das zonas costeiras, como programas de financiamento e capacitação dos moradores para desenvolvimento de empreendimentos ligados ao turismo, a fim de evitar que as alterações negativas sejam processadas nesses espaços, principalmente em função da má distribuição da renda nessas localidades.

É importante valorizar neste local, as práticas turísticas sustentáveis que potencializem os benefícios da atividade. O envolvimento e a participação de

todos os atores sociais no planejamento, gestão e controle da atividade turística por meio de uma educação ambiental crítica é condição indispensável para se chegar ao desenvolvimento turístico sustentável. Especialmente, no tocante às comunidades locais, vale salientar que a sua preparação e conscientização para o turismo permitirão um melhor aproveitamento dos benefícios da atividade turística e uma maior independência do poder público. Como um sistema dinâmico, dialético e conflitante, o turismo deve considerar os limites e principalmente os impactos que causam dentro de um território, como um co-responsável pela formação de territórios de exclusão, caso do loteamento Nossa Senhora da Luz, ou o “Buraco do Cachorro”.

Com base nas análises do desenvolvimento de outros aglomerados populares em territórios turísticos, percebemos que a tendência é que essa rede de infra-estrutura comece a ser implantada no Loteamento Nossa Senhora da Luz, porém pontualmente e numa escala de tempo irregular e dependente das ações políticas e de mobilização social dentro do território. Quanto às ações do Prodetur I e II, essas não tiveram quaisquer efeitos concretos para a melhoria da qualidade de vida da população do Arquipélago de Tinharé, podendo sim, ter contribuído pontualmente para a ampliação do fluxo turístico e da acessibilidade, sem, no entanto, propiciar melhorias na qualidade de vida de seus habitantes.

Enquanto o litoral representa o meio de sobrevivência para as populações que nele habitam, os agentes de desenvolvimento do turismo o vêem como forma de obtenção de lucros. O reordenamento espaço-funcional imposto pelo turismo, retira comunidades e atividades tradicionais da faixa litorânea para atender aos fluxos turísticos através da oferta de serviços de hospedagem e lazer.

Pode-se considerar que o povoado de Morro de São Paulo retrata bem essa realidade, na medida em que este espaço turístico costeiro vem sendo produzido e consumido por uma demanda massificada. Em consequência disso, identificam-se graves repercussões sociais, econômicas e ambientais que envolvem: problemas de uso da água, devido a explosão do número de casas de veraneio, pousadas, hotéis e demais estabelecimentos ligados à atividade turística, processos de construção a beira mar, desemprego e precarização do trabalho, devastação e poluição da vegetação costeira (manguezais e restingas),

invasões e formações de loteamentos irregulares como vimos no “Buraco do Cachorro”, enfim, uma degradação sócio-ambiental bem relevante.

No que envolve a relação entre sociedade e território, uma das principais questões que se apresenta é a falta de planejamento e uso do solo. Esta situação, aliada à desregulamentação do uso do espaço, leva a um processo de descaracterização, a médio e longo prazo, do próprio território. Nesta direção, se compreende planejamento territorial como ação de ordenamento que tenha o espaço como a variável principal, mesmo que inclua ações políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais. Para que o processo de desenvolvimento do Loteamento Nossa Senhora da Luz seja sustentável, deve-se ter um cuidado minucioso aos problemas sociais, econômicos e ambientais envolvidos, assim como uma ligação estreita entre política orçamentária e planejamento. A finalidade do planejamento de um território está diretamente relacionada à superação de problemas de toda ordem existentes dentro deste, particularmente visando à justiça social, e a melhoria da qualidade de vida, e que deveriam ser vistos como pertencendo ao amplo domínio das estratégias de desenvolvimento, ao lado de estratégias de desenvolvimento regional e nacional.

É notório que existem dificuldades em conciliar todos os objetivos que a sustentabilidade da atividade turística envolve. No entanto, fica evidente que os caminhos trilhados pela prática turística no arquipélago, sobrepõem os aspectos econômicos aos demais fatores que devem ser considerados para o desenvolvimento turístico sustentável, ocasionando assim no comprometimento da integridade dos recursos naturais sobre os qual o turismo se assenta e utiliza. É imprescindível e urgente, tanto no planejamento quanto na gestão da atividade turística do espaço pesquisado, a compreensão de que, antes de se configurarem como matéria-prima para o turismo, a natureza e a paisagem integram o cotidiano da população local. Quanto às comunidades situadas nesses territórios, essas têm sua parcela de responsabilidade, ao se omitirem de fiscalizar, reivindicar e acompanhar todos esses processos, ainda que isso se explique através da herança sócio-cultural mantida desde os tempos da colonização e da baixa formação política de seu povo. Assim, caberia a população deste território, acompanhar, analisar e apontar seus acertos e descaminhos, percebendo que o rompimento da sociedade civil com o sistema sócio-político historicamente

estabelecido, tem de acontecer e ser norteado pelos direitos da coletividade, da importância da alternância de gestão no poder público, da prestação de contas e projetos públicos e também das experiências de ações bem sucedidas nas dimensões regional, nacional e global.

A participação da sociedade civil, empresariado e lideranças locais na discussão dos planos e na implementação das ações desenvolvidas devem ser constantemente estimuladas, permitindo maior envolvimento desses setores no processo de crescimento do turismo (laços de coesão) e ainda na melhoria da qualidade de vida dos habitantes do Buraco do Cachorro, fazendo-nos assim acreditar que esta atividade pode modificar o curso do desenvolvimento segregador e impactante ao meio ambiente.

As respostas para essas questões indicarão o caminho para o desenvolvimento durável da ilha e para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Porém é certo que todas elas se encontram no âmbito da educação e conscientização dessas populações, que são as únicas capazes de alterar a realidade atual.

4. Referências Bibliográficas

ABIKO, Alex Kenya. **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo: EPUSP, 1995.

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Política social e combate à pobreza; a teoria da prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do turismo: planejamento e direção**. Tradução Graciela Rabuske. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

ANJOS, Fernando A. **Processo de planejamento e gestão de territórios turísticos**. Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina Instituto, Florianópolis. 2004. (Tese de doutorado em engenharia de produção-gestão ambiental).

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. **IPAC-BA - Inventário de proteção do acervo cultural: monumentos e sítios do Litoral Sul**. 1º edição. Salvador, 1998.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Regulamento operacional: programa de desenvolvimento turístico do Nordeste – segunda fase**. 1º edição. Fortaleza, 2002.

BARBIERI, Jose Carlos; LAGE, A. C. **Avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável: uma análise do projeto de energia eólica do estado do Ceará**. In: XXV ENANPAD, Anais, Campinas, 2001.

BARBOSA, Andréia C. **Turismo e Utopia do Desenvolvimento**. Brasília: Dissertação de Monografia, 2006.

BARRETO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papyrus, 1995.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Análise regional e destinações turísticas: possibilidades teóricas e situações empíricas em geografia do turismo**. Turismo Visão e Ação, Itajaí: Univali, ano 4, n.11, p. 46-60, 2002.

BENNI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 2ed. São Paulo: Senac, 1998.

BENNI, M.C. **Sistema de turismo – Sistur. turismo em análise**. São Paulo: ECA/USP, 1990.

BERTRAND, Frédéric. As relações homem-natureza no quadro dos litorais atlânticos. O espaço geográfico em análise. Curitiba, **Revista da UFPR; n. 95**. v. 4, n. 4, 2000.

BONALD, Olimpio. **Planejamento e organização do turismo: conceitos básicos**. 2ª ed. Recife: FASA, 1984.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA (1989). Salvador, EGBA, 1999.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Do local ao global: turismo litorâneo cearense**. Campinas: Papirus, 1998.

CRA. Centro de Recursos Ambientais. **Unidades de Conservação Ambiental na Costa do Dendê**. Salvador: CRA, 2002.

CRUZ, Rita de Cássia. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amália Inês G. de (org). **Turismo: Impactos Socioambientais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec. 1999. p. 263-272.

CRUZ, Rita de Cássia. O Nordeste que o turismo (ta) não vê. In: RODRIGUES, Ayr Balastreri. **Turismo, Modernidade, Globalização**. São Paulo: HUCITEC. 1997.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DOMURAT, G. W. **Beach Nourishment – a working Solution. shore & beach**, v. 55, n. 3/4, San Francisco: WCB, 1987.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF: MMA, 1994.

SANTOS FILHO, João dos. **O turismo brasileiro: equívocos, retrocessos e perspectivas – o balanço que nunca foi feito**. Curitiba: Revista Espaço Acadêmico, 2003.

FISCHER, Fernando. (org). **Baixo Sul da Bahia: uma proposta de desenvolvimento territorial**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2007.

FLEXOR, Maria Helena O. In: ODEBRECHT, Norberto. **Desenvolvimento sustentável: a visão e ação de um empresário: o caso do Baixo Sul da Bahia** – Capítulo I. Salvador: CRA - Centro de Recursos Ambientais, 2004, p. 31-69.

FREIRE, Laura L. R. **Modelo de avaliação do PRODETUR/NE-III: base conceitual e metodológica**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS / SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDITS**. Salvador, 2004.

GARBIN, Isa. O que falta para o turismo brasileiro decolar? **Revista Host**. São Paulo: Jobson Brasil, 2006, p.2-6.

GOVERNO FEDERAL. **Plano Plurianual; avança Brasil**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2000.

HAULOT, Arthur. **Turismo social**. 3ed. México: Trilhas, 2002.

IDES – Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia. **Relatório consolidado da Costa do Dendê**. Ituberá: IDES, 2001.

IGNARRA, Luiz. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

LIZÁRRAGA-ARCINIEGA, R.; APPENDINI-ALBRETCHSEN, C. M.; FISCHER, D. W. Planning for beach erosion: A Case study, playas de rosarito, B. C. Mexico. **Journal of Coastal Research**, v. 17, n. 3, p. 636 – 644, 2001.

MENDES, Eluziane Gonzaga; LIMA, Luiz Cruz; CORIOLANO, Luzia Neide M. T. Os embates da reestruturação do espaço litorâneo cearense pelo turismo. *In*: **Mercator** – Ano 1, n.1 - jan / jul 2002. Fortaleza: UFC, 2002. Ano 3, n. 6, 2004, p. 43-52.

MENDONÇA, Érico. **Análise do Prodetur Bahia**. Salvador: SEPLAN, 2004.

MIDAGLIA, C. L. V. Turismo e meio ambiente no litoral paulista: dinâmica da balneabilidade das praias. *In*: LEMOS, A. I. G. (Ed.), **Turismo: Impactos Socioambientais**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2001, p. 33-56.

MOTA, Suetônio. **Urbanização e Meio Ambiente**, 3 ed. Rio de Janeiro:ABES, 2003.

MUEHE, D. Critérios morfodinâmicos para o estabelecimento de limites da orla costeira para fins de gerenciamento. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Fortaleza, v. 2, n. 1, 2001, p.34-37.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PETROCCHI, Mário. **Gestão de pólos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU. **Plano diretor do município**. Cairu, 2005.

RABAHY, Wilson de Abrahão. **Fundamentos econometricos e estudos econômicos no planejamento turístico**. São Paulo: Esc Comunic & Artes, 1988.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. *In*: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R.C.A. **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 56-62.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SALATI, Eneas; LEMOS, Haroldo Mattos de; SALATI, Eneida. **Água e o desenvolvimento sustentável. Águas doces no Brasil: Capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras, 1999.

SALAMA, P. E; VALIER J. **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 2006.

SEBRAE. **Plano estratégico da Costa do Dendê**. Relatório sobre turismo por município. Salvador: Editora do Sebrae, 2004.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO. **Programa de desenvolvimento turístico – náutico**. Golfo de Valença, Salvador: SCT 2003.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAIRU. **Relatório da Avaliação de Desempenho**. Cairu, 2001.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Economia política da urbanização**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, Marcos. J. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SPOSATI, A. (Coord.). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Pobreza e desigualdades sociais**. Salvador: SEI, 2003.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. 2ed. São Paulo: Aleph, 2000.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Gestão integrada da zona costeira: ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral**. Fortaleza: Premius, 2005.

VASCONCELOS, Nilton. A política pública e o seu processo de formulação: o caso da indústria automotiva brasileira na década de 90. **Bahia, Análise e Dados**. Salvador, 2002.

VIEIRA, Ricardo B. Cavalcanti. A Ética no turismo. **Revista do Turismo**, v.34, n.3, Rio de Janeiro: ABRAP, 2007, p.12-15.

WHITE, G. F. Natural Hazards Management in the Coastal Zone. **Shore & Beach**, v. 46, n. 1, 1978, p.15-17.

WWF BRASIL. (Org) Sérgio Salvati. **Turismo responsável**: manual para políticas públicas. Brasília, DF: WWF Brasil, 2004.

4.1) Fontes Eletrônicas

ABAV. Associação Brasileira dos Agentes de Viagem. **Estudos sobre a infraestrutura turística brasileira**. Disponível em: www.abav.com.br. Acesso em: 15 novembro de 2006.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo. 2004**. Disponível em: www.bnb.gov.br/prodetur. Acesso em: 28 maio de 2006.

EMBRATUR. Empresa Brasileira de Turismo. **Dados sobre o crescimento do turismo no Brasil, 2005**. Disponível em: www.embratur.gov.br. Acesso em: 06 de setembro de 2006.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. **Estudos sobre pequenos municípios do Estado da Bahia**. Salvador: SEPLAN, 2005. Disponível em: www.seplan.ba.gov.br/municipiosbaianos. Acesso em: maio de 2006.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA: SCT. **Programa de desenvolvimento regional sustentável – PDRS: Chapada Diamantina**. Salvador: CAR, 1997 a. Disponível em: www.sct.ba.gov.br Acesso em: fevereiro de 2006.

_____. **Anuário estatístico da Bahia – 1997**. Salvador: SEI, 1997 b. Disponível em: www.sct.ba.gov.br. Acesso em: fevereiro de 2006.

_____. **Índice de desenvolvimento econômico e social dos municípios baianos – 2002**. Salvador: SEI, 2002. Disponível em: www.sct.ba.gov.br. Acesso em: fevereiro de 2006.

_____. **Anuário estatístico da Bahia – 2003**. Salvador: SEI, 2003. Disponível em: www.sct.ba.gov.br. Acesso em: junho de 2006.

_____. **PRODETUR- Programa de desenvolvimento turístico**. Salvador: SEI, 2003. Disponível em: <http://www.sct.ba.gov.br/prodetur.asp>. Acesso em: novembro de 2005.

_____. **Estudo sobre ofertas de leitos na Costa do Dendê.** Salvador: SCT, 2003. Disponível em: www.sct.ba.gov.br. Acesso em: maio 2006.

_____. **Ações para o desenvolvimento da Costa do Dendê.** Salvador: SCT, 2003. Disponível em: www.sct.ba.gov.br. Acesso em: maio de 2006.

_____. **Objetivos do Prodetur-Ba.** Salvador: SCT, 2003. Disponível em: http://www.sct.ba.gov.br/turismo/objetivo_prodetur.asp. Acesso em: março 2006.

_____. **Indicadores de desempenho turístico.** Salvador: SCT, 2003. Disponível em: <http://www.sct.ba.gov.br/turismo/indicadores.asp>. Acesso em: março 2006.

_____. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável: Pólo turístico Costa do Dendê.** Salvador: SUINVEST, 2007. Disponível em: www.sct.ba.gov.br. Acesso em: outubro de 2006.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Informações geo-ambientais.** Salvador: SEI, 2003. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: maio e junho de 2007.

_____. **Bahia em síntese.** Salvador: SEI, 2004. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso: em maio e junho de 2007.

_____. **Municípios em síntese.** Salvador: SEI, 2004 b. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: maio e junho de 2007.

_____. **Consulta ao banco de dados.** Salvador: SEI, 2005. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: maio e junho de 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificações e estatísticas – Concla.** Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: Março 2006.

_____. **Municípios brasileiros.** Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: Março 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo Escolar de 2001.** Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em: agosto de 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Objetivos da Secretaria Nacional de Habitação.** Disponível em www.cidades.gov.br. Acesso em: abril de 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO (a). **Destaques do governo.** Disponível em: www.turismo.gov.br . Acesso em: Junho de 2007.

_____ (b). **Plano nacional de turismo**. Disponível em: www.turismo.gov.br . Acesso em: Junho de 2007.

(OMT) - ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Barómetro OMT del turismo mundial**. Vol. 2, n. 1. Madrid: OMT, 2004. Disponível em: www.world-tourism.org. Acesso em: fevereiro 2006.

SEPLANTEC. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Costa do Dendê**. Disponível em: http://www.seplantec.ba.gov.br/site_ppa/pdfok/crescer.pdf. Acesso em: Agosto de 2007.

TOURING CLUB DO BRASIL. **Nossa história**. Disponível em: www.touring.com.br/historia.php. Acesso em: Setembro de 2007

4.2) Entrevistas com moradores e turista de Morro de São Paulo

Adelino: Proprietário de um mercado no final da rua principal do loteamento. É residente no bairro e vive em Morro de São Paulo a nove anos. Entrevista realizada em: setembro de 2007.

Almir Souza: Funcionário da Embasa em Morro de São Paulo a sete anos. Entrevista realizada em: maio de 2007.

Ângela: Tem 23 anos e vive em Morro a três. É Professora do colégio particular do povoado. Entrevista realizada em: setembro de 2007.

Daniel: Tem 36 anos e vive em Morro de São Paulo a cinco anos. Trabalha como guia turístico em passeios ao arquipélago. Entrevista realizada em: setembro de 2007.

Delivaldo Nascimento: Funcionário da APA Tinharé. Reside em Morro de São Paulo a sete anos. Entrevista realizada em: maio de 2007.

Dona Sônia: Tem 57 anos e mora a doze anos no Buraco do Cachorro. Nasceu em uma fazenda próximo a Valença e vive no Morro a mais de vinte anos. Entrevista realizada em: setembro de 2007.

Dra. Paula: Tem 32 anos e vive no Morro a dois anos. Entrevista realizada em: setembro de 2007.

Elizabeth: Enfermeira do posto de saúde do povoado a quatro anos. Entrevista realizada em: setembro de 2007.

Emmanuel: Tem 49 anos e mora em Jequié/BA. Conheceu Morro no verão de 1965 e até hoje frequenta o arquipélago. Entrevista realizada em: maio de 2007.

Gil: Mora em Morro há vinte e nove anos. Trabalha fabricando artesanatos e fornos à lenha para restaurantes e pousadas. Entrevista realizada em: maio de 2007.

George: Morador do Buraco do Cachorro há seis anos, trabalha com o transporte de malas dos turistas em carrinhos de construção civil, chamados de carrinho de mão. Entrevista realizada em: setembro de 2007.

Imério: Morador do Buraco do Cachorro a sete anos, também trabalha com seu carrinho de mão no transporte de malas e cargas em Morro de São Paulo. Entrevista realizada em: setembro de 2007.

Jandira: Recepcionista do posto de saúde de Morro de São Paulo. Reside no local a oito anos. Entrevista realizada em: setembro de 2007.

Juan Pedro: É morador do Morro há 26 anos. É uruguaio e tem 55 anos de idade. Chegou ao povoado em 1981. É membro fundador da associação de Artesãos e expõem seus trabalhos (feitos com material reciclado da ilha) todas as noites para os turistas. Além disso, constrói casas e presta assistência elétrica na pousada de um amigo. Entrevista realizada em: maio de 2007.

Mario: Proprietário de uma pousada e uma loja de conveniência em Morro de São Paulo. Vive no povoado a 18 anos. É natural de Belo Horizonte. Entrevista realizada em: setembro de 2007.

Mequinha: Morador do loteamento a dez anos e proprietário de um pequeno mercado. Entrevista realizada em: maio de 2007.

Seu Dandão: Mora no Morro a quase sessenta anos. Vindo de Jequié, trabalhou na pesca durante toda sua vida no arquipélago. É residente do Morro da Mangaba. Entrevista realizada em: setembro de 2007.

Seu Pedro: Morador do loteamento a doze anos, é natural de Gandu, interior baiano. Atualmente constrói um pavimento em sua residência, com o intuito de alugar o primeiro para gerar uma fonte de renda. Entrevista realizada em: setembro de 2007.

Tia Dadai: Maria Madalena Santos Costa, 57 anos, nasceu e cresceu em Morro de São Paulo. Possui um restaurante no povoado. Entrevista realizada em: maio de 2007.

Zé Maria: Morador do loteamento a nove anos. Antes disso residia na terceira praia. Vendeu sua residência e passou a viver no Buraco do Cachorro. É fiscal sanitário no povoado. Entrevista realizada em: setembro de 2007.

5. Anexos

Anexo I: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH_M) segundo os Municípios

Bahia Região Econômica Município	Ano - 1991		Ano - 2000	
	(IDH-M)	Classificação no Estado	(IDH-M)	Classificação no Estado
BAHIA	0,601	-	0,693	-
Litoral Sul				
Cairu	0,515	Nº 194	0,639	Nº 143

Fonte: IPEA/Fundação João Pinheiro/ PNUD - Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002. (E o Morro?) Não está na bibliografia

Anexo II: Limites Intermunicipais

Município	Limites
Cairu	Valença
	Taperoá
	Nilo Peçanha
	Oceano Atlântico

Fonte: Governo do Estado da Bahia/SEI, 2002.

Anexo III: Unidades de conservação na Costa do Dendê

Unidades de Conservação	Área Total (ha)	Administração	Municípios
APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	230.296,00	Estadual	Ubaíra, Jequiçá, Teolândia, Wenceslau Guimarães, Nilo Peçanha, Taperoá, Cairu, Valença
APA Baía de Camamu	118.000,00	Estadual	Camamu, Maraú, Itacaré
APA do Pratigi	85.686,00	Estadual	Ituberá, Nilo Peçanha, Igrapiúna, Pirai do Norte, Ibirapitanga
APA das Ilhas de Tinharé-Boipeba	43.300,00	Estadual	Cairu
APA da Península de Maraú	21.200,00	Municipal	Maraú
APA de Candengo	7.000,00	Municipal	Valença
APA do Guaibim	2.000,00	Estadual	Valença
APA de Cachoeira da Pancada Grande	50,00	Municipal	Ituberá
RPPN Fazenda Água Branca	97,00	Particular	Valença
RPPN Água Boa Sul	27,00	Particular	Maraú
RPPN Água Boa Norte	18,50	Particular	Maraú
Outras Áreas Protegidas			
Reserva Ecológica do Juliana	...	Municipal	Ituberá

Fonte: CRA, 2002.

Anexo IV: Distribuição dos domicílios totais e urbanos, por tipo de esgotamento sanitário - Municípios da Costa do Dendê

MUNICÍPIOS	Total					Urbana				
	Domicílios	Tipo de Esgotamento Sanitário				Domicílios	Tipo de Esgotamento Sanitário			
		Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa Séptica	Outros (*)	Não tinham banheiro nem sanitário		Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa Séptica	Outros (*)	Não tinham banheiro nem sanitário
CAIRU	2.602	1,00	32,63	35,05	31,32	1.537	1,04	24,72	47,04	27,2
CAMAMU	7.389	21,36	3,1	24,63	50,91	2.828	40,38	5,37	27,23	27,02
MARAÚ	4.072	7,29	3,34	35,76	53,61	682	36,51	0,73	33,72	29,03
VALENÇA	19.209	50,36	1,84	18,47	29,33	14.181	68,1	1,84	16,25	13,81

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

(*) Inclui: Fossa Rudimentar

Anexo V: Aglomerados por municípios e distritos, segundo a divisão territorial Bahia, 1980-2000

Município / Distrito	Região Econômica ¹	Aglomerado
Cairu / sede	01	Torrinhas
Cairu / Gamboa	01	Garapúa
Cairu / Gamboa	01	Morro de São Paulo
Cairu / Velha Boipeba	01	São Sebastião

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000

*1 - Região Econômica segundo classificação da Sei: Litoral Sul

Anexo VI: Tabela com os resultados completos e em ordem crescente, da pesquisa de campo no Loteamento Nossa Senhora da Luz

Amostragem: 118 de 268 domicílios. Em porcentagem (%)

1) Número de moradores (por residência)

(22%) - 04 Pessoas	(10%) - 05 Pessoas
(20%) - 03 Pessoas	(6%) - 07 Pessoas
(16%) - 02 Pessoas	(2%) - 08 Pessoas
(12%) - 01 Pessoa	(0%) - 09 Pessoas
(12%) - 06 Pessoas	(0%) - 10 Pessoas

2) Município de origem da família

(44%) – Valença	(3%) - Igrapiúna
(14%) – Salvador	(3%) – Gandú
(9%) – Ituberá	(2%) – Feira de Santana
(8%) – Cairu	(2%) - Itaparica
(7%) – Nazaré das Farinhas	(4%) – Outros municípios
(4%) - Camamu	

3) Quantidade de filhos

(32%) - 02 filhos	(4%) - 04 filhos
(30%) - 01 filho	(3%) - 05 filhos
(17%) - Nenhum filho	(3%) - 06 filhos
(11%) - 03 filhos	(0%) - Mais de 06 filhos

4) Filhos em idade escolar

(80%) - Todos estudando
(17%) - Não tem filhos
(3%) - Nenhum estudando

5) Escolaridade do chefe de família

(24%) - Primário	(12%) - 2º grau incompleto
(22%) - 1º grau incompleto	(6%) - 2º grau completo
(20%) - 1º grau completo	(0%) - Superior
(16%) - Nenhuma	

6) Renda familiar (mensal)

- (42%) - 2 salários mínimo
- (36%) - 1 salário mínimo
- (18%) - Menos de 1 salário mínimo
- (3%) - 3 a 4 salários mínimo
- (1%) - + 4 salários mínimo
- (0%) - Outros

7) Número de colaboradores na renda familiar (por residência)

- (50%) - 2 Pessoas
- (45%) - 1 Pessoa
- (4%) - 3 Pessoas
- (1%) - 4 Pessoas
- (0%) - 5 Pessoas
- (0%) - 6 Pessoas

8) Tempo residente no local

- | | |
|-------------------------|------------------------|
| (0%) - Menos de 6 meses | (12%) - 6 anos |
| (8%) - 6 meses a 1 ano | (5%) - 7 anos |
| (10%) - 1 ano | (7%) - 8 anos |
| (15%) - 2 anos | (6%) - 9 anos |
| (10%) - 3 anos | (4%) - 10 anos |
| (10%) - 4 anos | (1%) - 10 a 12 anos |
| (10%) - 5 anos | (1%) - 10 a 12 anos |
| | (2%) - Mais de 12 anos |

9) Família pretende continuar vivendo no local?

- (91%) - Sim
- (6%) - Não
- (3%) - A depender da evolução da renda

10) Família pretende continuar vivendo em Morro de São Paulo?

(97%) - Sim

(3%) - Não

(0%) - Não sabe

11) Ocupação Profissional do chefe de família

(20%) Comerciante

(3%) Captação de clientes pousadas e hotéis

(20%) Guia turístico

(3%) Carregador de malas

(15%) Construção Civil

(3%) Artesão

(12%) Faxineira/Camareira

(2%) Doméstica

(8%) Biscate/vendedor

(2%) Garçon

(4%) Cozinheiro(a)

(0%) Entretenimento (animadores, dançarinos)

(4%) Desempregado

(0%) Área Adm.de hotéis, Pous. e Comércio

(4%) Outros

(0%) Funcionário Público

12) Eletrodomésticos (por residência)

(97%) Fogão

(4%) Máquina de lavar

(80%) TV

(0%) Freezer

(58%) Geladeira

(0%) Microondas

(45%) Aparelho de Som

(0%) Computador

(42%) Liquidificador

(0%) Outros

(20%) Dvd

13) Possui trabalho e renda o ano inteiro?

(55%) - Sim

(44%) - Não

(1%) - Varia de ano para ano

14) Habitação possui saneamento básico?

(51%) – Não

(49%) - Sim

15) Habitação possui luz elétrica?

(81%) Sim (19%) Não

16) Habitação possui água encanada?

(56%) - Não

(44%) - Sim

17) Tipo de habitação

(51%) - Alvenaria/Amianto

(7%) - Alvenaria/Telha cerâmica

(20%) - Madeira/Amianto

(3%) - Outros

(19%) - Madeira/Lona

18) Condição da Habitação

(72%) – Casa Própria

(26%) – Casa de Aluguel

(2%) - Casa de parentes

19) Quantidade de quartos

(43%) - 02 quartos

(38%) - 01 quarto

(7%) - 03 quartos

(2%) - 04 quartos

(0%) - Mais de 4 quartos

20) Tipo de piso da residência

(63%) - Cimento batido

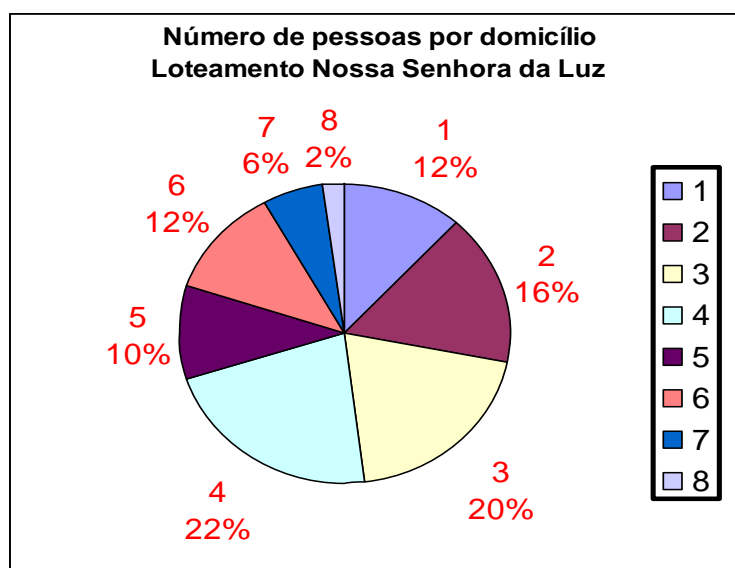
(28%) - Cerâmica

(9%) - Terra batida

(0%) - Madeira

(0%) - Outros

Anexo VII: Número de pessoas por domicílio – Loteamento Nossa Senhora da Luz



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.
Autor: Ernesto Pablo Mata Machado

Anexo VIII: Fotografias comparativas das praias de Morro de São Paulo nas décadas de 1970, 1980 e 2000.



Foto: 1ª, 2ª e 3ª Praias – Morro de São Paulo – ano de 1971
Autor: Desconhecido – Copilado da Secretaria de Cultura e Turismo de Cairu



Foto: 1ª, 2ª e 3ª Praias – Morro de São Paulo – ano de 1982
Autor: Desconhecido – Copilado da Secretaria de Cultura e Turismo de Cairu



Foto: 1ª, 2ª e 3ª Praias – Morro de São Paulo - ano de 2006
Autor: Ernesto Pablo Mata Machado

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)